

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DA GUARDA

Relatório de Gestão

Ano Judicial de 2015/2016

01-09-2015 a 31-08-2016

Setembro de 2016



Índice:

I.	Introdução	2
II.	Orgânica da Comarca	2
III.	Tribunal e Território	3
IV.	Recursos Humanos	3
V.	Recursos Financeiros	6
VI.	Instalações e equipamentos	14
VII.	Unidades Orgânicas e Movimento Processual	16
VIII.	Plano de Atividades e sua execução	43
IX.	Conclusões	51



I - Introdução:

1 - Âmbito do relatório

O presente relatório anual visa a prestação de contas por parte do Tribunal Judicial de Comarca da Guarda e a transmissão dos conhecimentos sobre os constrangimentos e dificuldades com que se debate na perspetiva de apresentação de propostas com vista à melhoria contínua do serviço prestado.

II – Orgânica da Comarca

1. Exercício das competências:

1.1. Reuniões com os senhores juízes;

1.2. Reuniões com os senhores escrivães, sob a presidência da juíza presidente.

1.3. Deslocações dos membros do conselho de gestão às secções;

1.4. Comunicações/audições, formais e informais, presenciais, eletrónicas, e telefónicas, os diversos membros da organização e os membros do Conselho Consultivo;

1.5. Reuniões do Conselho Consultivo (16-12-2015 e 06-04-2016).

2. Dificuldades: As distâncias geográficas no interior da comarca dificultam as deslocações do Conselho de Gestão, e, em especial, dos demais membros da organização às reuniões, traduzem-se em custos em tempo e dinheiro que poderiam ser afetados a outras tarefas e falta de funcionários.

3. Vantagens: o contacto frequente e por vezes presencial entre os membros da organização permite o conhecimento recíproco, a identificação dos membros com o todo da organização, e a articulação de visões entre os diversos operadores

4. Propostas:

4.1 Alteração legislativa competindo ao juiz presidente, após audição dos senhores juízes de direito, a gestão das salas de audiência;

4.2 Aplicação relativa à gestão das salas de audiências;

4.3 Previsão de alargamento do quadro de juízes da Instância Central, secção Cível e Criminal com um 4º juiz efetivo;

4.4 Criação de uma secção de Instrução Criminal.



III - Tribunal e território:

1 - Medidas de Gestão

As medidas de gestão que visam atenuar as dificuldades inerentes às distâncias geográficas entre as secções foram as seguintes:

1.1. Deslocações de membros do Conselho de Gestão às comarcas e secções, conforme supra referido;

1.2. Sensibilização dos senhores juízes para a realização das diligências nas secções de instância local (um dos fundamentos para a colocação de um juiz auxiliar na secção mista da instância central);

1.3. Distribuição de serviços de algumas secções a funcionários de outras (tramitação electrónica);

1.4. Mapa de distribuição de sala de audiências, prevendo a distribuição de salas aos senhores juízes da instância central mista em todas as secções de instância local sedeadas fora da Guarda. Este mapa vem sendo alterado conforme necessidades verificadas;

1.5. Mantém-se o Manual de Boas Práticas (aproveitando as sinergias criadas pela reunião com todos os senhores escrivães da comarca)

2. Propostas a ponderar conforme a evolução das pendências:

2.1 Conversão da secção de proximidade do Sabugal em secção de instância local ou, em alternativa a afetação da vaga de auxiliar da Instância Local Cível à jurisdição de família e menores para os processos de Guarda, Manteigas e Sabugal, com eventual deslocação a esta última secção de proximidade.

IV – Recursos Humanos

No período considerado foram proferidos despachos de recolocação de funcionários pelo Administrador Judiciário em diversos núcleos da Comarca com vista à normalização dos serviços e para ajustamento dos quadros. Ainda neste âmbito foi feita uma recomendação aos serviços - secção do trabalho - no sentido de colaborarem na normalização de todo o expediente que resulta da acumulação de funções e do trabalho do Exm^o magistrado do Ministério Público ali colocado com vista a agilizar os procedimentos e tornar mais célere a resolução dos litígios da área laboral - serviços do Ministério Público.



Foi deslocada uma funcionária dos serviços do Ministério Público para a Unidade Central da Guarda com vista a centralizar toda a documentação de entrada de expediente num único espaço, libertando, simultaneamente, um lugar de trabalho nos serviços do Ministério Público do Núcleo da Guarda que se debatem com falta de espaço nos próprios serviços ali concentrados no piso 1.

O quadro de pessoal do tribunal Judicial da Comarca da Guarda é o constante do mapa infra, o qual foi reforçado no início do ano judicial com o destacamento para esta comarca de mais 7 funcionários (escrivãs auxiliares) tendo em janeiro de 2016 cessado um destes destacamentos. Assim, o número absoluto de funcionários existente em 01-09-2016 é de 103 funcionários, sendo 104 o número de funcionários previstos na Portaria 161/2014 de 21 de agosto.

O absentismo dos funcionários de justiça no ano judicial de 2015/2016 está evidenciado no quadro abaixo:

ASSIDUIDADE (Funcionários de Justiça)	∑ de Funcionários	Dias de Ausência	∑ anual de dias de trabalho	Taxa de Absentismo
Almeida - Inst. Local - Sec. Comp. Genérica	6	45	251	2,99%
Celorico Beira - Inst. Local - Sec. Comp. Genérica	7	213	251	12,12%
Fig. Cast. Rodrigo - Inst. Local - S. Comp. Genérica	4	9	251	0,90%
Gouveia - Inst. Local - Sec. Comp. Genérica	8	29	251	1,44%
Guarda - Inst. Central e Local - Secção Cível, Criminal e Laboral	45	572	251	5,06%
Pinhel - Inst. Local - Sec. Comp. Genérica	6	171	251	11,35%
Seia - Inst. Local - Sec. Comp. Genérica	12	31	251	1,03%
Trancoso - Inst. Local - Sec. Comp. Genérica	8	64	251	3,19%
V. N. Foz Côa - Inst. Local - Sec. Comp. Genérica	7	150	251	8,54%
TOTAL GERAL	103	1284	251	4,92%

Fonte: Plataforma de registo de assiduidade da DGAJ

Nota: o número de funcionários tem em consideração as movimentações internas efectuadas.

Algoritmo de cálculo do indicador:

$$\text{Taxa de Absentismo} = \frac{\sum \text{de dias de ausência}}{\sum \text{de dias de trabalho} \times \sum \text{de recursos humanos}} \times 100$$



MAPA DE RECURSOS HUMANOS - FUNCIONÁRIOS DE JUSTIÇA

Núcleos	Categories Profissionais	Secretário de Justiça		Escrivão de Direito		Técnico de Justiça Principal		Escrivão Adjunto		Tec.Just.Adjunto		Escrivão Auxiliar		Tec.Just.Auxiliar		Técnico de Informática		Regime Geral Assist.Operacional		Regime Geral Assist.Técnico		TOTALS POR NÚCLEO			
	Unidades Orgânicas	Previsos	Existentes	Previsos	Existentes	Previsos	Existentes	Previsos	Existentes	Previsos	Existentes	Previsos	Existentes	Previsos	Existentes	Previsos	Existentes	Previsos	Existentes	Previsos	Existentes	Previsos	Existentes		
Almeida	IL (gen) J1 - Serv. M ⁹ Pe			1	0			2	2	1	0	1	3									5	5		
Celorico da Beira	IL (gen) J1 - Serv. M ⁹ Pe			1	1		1	2	2	1	1	2	2									6	7		
Figueira C. Rodrigo	IL (gen) J1 - Serv. M ⁹ Pe			1	1			2	1	1	1	1	1									5	4		
Gouveia	IL (gen) J1 - Serv. M ⁹ Pe			1	1			3	3	1	1	2	2	1	1							8	8		
Guarda	Instância Central Mista	1	1	1	1			2	2			4	4									7	7		
	ICTT			1	0			1	2			2	3										4	5	
	IL Cível			1	1			4	3			5	5											10	9
	IL Crime			1	1			2	2			3	3											6	6
	Unidade Central			1	1			1	0			2	2	1	1	2	1	1	1	1	1	1	1	10	8
	Ministério Público							1	1			4	4			3	3							7	8
	Apoio C. de Gestão													2	1									2	1
Pinhel	IL (gen) J1 - Serv. M ⁹ Pe			1	1			2	1	1	1	1	3									5	6		
Seia	IL (gen) J1	1	0	1	1			4	3	1	0	3	7	1	0			1	1				12	12	
	IL (gen) J2																								
Sabugal	Sec. Prox.							1	0	1	0		2									2	2		
Trancoso	IL (gen) J1 - Serv. M ⁹ Pe			1	1			3	3	1	1	2	3									7	8		
Vila Nova Foz Côa	IL (gen) J1 - Serv. M ⁹ Pe			1	1			3	2	1	1	2	3									7	7		

TOTALS POR CATEGORIA

2	1	13	11	1	2	32	26	13	10	32	44	6	5	2	1	2	2	1	1	104	103
---	---	----	----	---	---	----	----	----	----	----	----	---	---	---	---	---	---	---	---	-----	-----

Em Falta:

1

Em Falta:

2

Em Excesso:

1

Em Falta:

6

Em Falta:

3

Em Excesso:

12

Em Falta:

1

Em Falta:

1

Em Falta:

0

Em Falta:

0



V - Recursos Financeiros

Projeto de Orçamento

ANO 2016:

Atempadamente foi elaborado e remetido o Projeto de Orçamento para 2016 conforme mapa infra verificando-se um aumento de despesa de quase 14.000,00€ em face do executado em 2015. (298.243,00€-312.174,00€).

Regime duodecimal.

Face ao disposto na CIRCULAR SÉRIE A N.º 1380 da DGO foi determinado que a todas as Entidades da Administração Central se aplique o regime transitório previsto no artigo 12.º-H da Lei de Enquadramento Orçamental enquanto não for aprovado pela Assembleia da República o Orçamento do Estado para 2016, sendo prorrogada a vigência das disposições constantes da Lei do Orçamento do Estado (LOE) e do Decreto-Lei de execução orçamental (DLEO) para 2015, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 12.º-H da LEO, devendo ainda obedecer às regras constantes do Decreto-Lei n.º 253/2015, de 30 de dezembro de 2015.

Para efeito de determinação da utilização por duodécimos, referida nos números anteriores, deve ter-se em consideração o Orçamento do Estado para 2015, ajustado das alterações orçamentais ocorridas durante a execução orçamental, com exceção das que resultaram de reforços com contrapartida na dotação provisional.

A assunção de compromissos por contrapartida em receita própria ou consignada está sujeita ao cumprimento dos procedimentos previstos na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, republicados, respetivamente, pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março e Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2 de junho

Nos termos do n.º 6 do artigo 12.º-H da LEO, as operações de receita e despesa executadas ao abrigo do regime transitório são imputadas às contas respeitantes ao novo ano económico iniciado em 1 de janeiro de 2016.

Execução Orçamental:

ANO 2015:

Analisado o Mapa de Execução Orçamental reportado a Dezembro de 2015 (cfr mapa infra) verifica-se que a dotação inicial atribuída à Comarca pelos serviços (289.100,00€) foi insuficiente, havendo que recorrer a várias alterações orçamentais para garantir todas as despesas do ano de 2015 pelo que a dotação corrigida foi de: 9.158,00€, totalizando o valor de 298.243,00€.

Feito um balanço final concluímos que fruto de uma gestão rigorosa e eficiente a execução orçamental decorreu com normalidade aproximando-se os números de uma execução quase a 100%, uma vez que o saldo orçamental foi de apenas 86,00€.

ANO DE 2016:

Analisado o Mapa de Execução Orçamental reportado a Agosto de 2016 (cfr mapa infra) verifica-se que a execução orçamental está a decorrer com normalidade situando-se a mesma em 73,37%, correspondente a 212.100,36€, havendo um saldo orçamental de 76.999,64€ correspondente a 26,63% da dotação inicial atribuída pela Direção Geral da Administração da Justiça.

Fundo de Maneio:

Atribuído em 2015 o valor de 1.175,00€ que se verificou ser utilizado em várias rubricas.

Fundo de Maneio:

Atribuído em 2016 o valor de 1.000,00€ parece-nos insuficiente dadas as reais necessidades das despesas imprevisíveis e inadiáveis que constantemente são utilizadas para suprir dificuldades urgentes que ocorrem diariamente nos Tribunais.

Procedimentos por ajuste direto:

Foram executados os seguintes procedimentos por ajuste direto no ano judicial de 2015/2016:

Procedimento por Ajuste Direto	Prestação de serviços/aquisição de bens	Núcleo/Seção de Proximidade	Data	Valor
Ano 2015				
Nº 33/2015	Inspecção às instalações de gás (PJ e CRSS)	Guarda	10-09-2015	602,70€
Nº 34/2015	Reparação avaria Ar Condicionado (contrato misto)	Guarda	14-09-2015	7.143,19€
Nº 35/2015	Aquisição de 26 tornes reciclados	Guarda	18-09-2015	515,37€
Nº 36/2015	Aquisição de 6 rolos de fusor para impressoras Lexmark e 1 tambor Samsung	Guarda	6-10-2015	316,73€
Nº 37/2015	Limpeza de algerozes e caleiras de de telhados de edifícios da comarca	Almeida, Guarda, Sabugal, Pinhel, Trancoso, Vila Nova de Foz Coa	22-10-2015	4837,74€
Nº 38/2015	Lavagem carpetes	Trancoso	8-10-2015	45,00€
Nº 39/2015	Reparação de 2 furos em carro de armazém	Guarda	23-10-2015	15,70€
Nº 40/2015	Manutenção do veículo da comarca	Guarda	28-10-2015	158,73€
Nº 41/2015	Aquisição boletins ajudas de custo e modelo1428-A	Guarda	28-10-2015	16,02€
Nº 42/2015	Aquisição e fornecimento de canhões p/fechaduras	Guarda	5-11-2015	100,00€
Nº 43/2015	Impressão a cores e capas p/ dossiers	Guarda	6-11-2015	40,50€
Nº 44/2015	Aquisição 4 tambores-impressoras Samsung (reciclados)	Guarda	13-11-2015	270,60€
Nº 45/2015	Reparação portão garagem	Seia	13-11-2015	256,29
Nº 46/2015	Aquisição de 4.500 litros de gasóleo de aquecimento	Celorico, Figueira, Pinhel	24-11-2015	4.275,00€



Procedimento por Ajuste Direto	Prestação de serviços/aquisição de bens	Núcleo/Seção de Proximidade	Data	Valor
Ano 2016				
Nº 01/2016	Aquisição 6 toners HP	Guarda	13-01-2016	31,73€
Nº 02/2016	Aquisição de 5.000 litros de gasóleo de aquecimento	Celorico, Figueira, Pinhel	22-01-2016	4.150,00€
Nº 03/2016	Aquisição de envelopes ars e pds	Toda a Comarca	25-01-2016	5.651,24€
Nº 04/2016	Aquisição de toners	Toda a Comarca	26-01-2016	Cancelado face ao Ofício Circular da DGAJ de 26-01-2016
Nº 05/2016	Reparação de avaria no automatismo do portão da garagem	Seia	27-01-2016	485,35€
Nº 06/2016	Manutenção/Revisão de 35 extintores	Toda a Comarca	29-01-2016	163,58€
Nº 07/2016	Aquisição de fio de cordel	Guarda	25-02-2016	83,78€
Nº08/2016	aquisição/reparação de fusor para impressora HP3050	Guarda	25-02-2016	73,80€
Nº 09/2016	Aquisição de cabos para sala de audiências	Guarda	25-02-2016	59,66€
Nº 10/2016	Aquisição de chaves e comandos portão	Guarda	02-03-2016	141,50€
Nº 11/2016	Substituição de fechadura e reparação porta e Gabinete	Guarda	03-03-2016	233,70€
Nº 12/2016	Aquisição de 4.000 litros de gasóleo de aquecimento	Celorico, Figueira, Pinhel	08-03-2016	3.440,00€
Nº 14/2016	Aquisição lâmpadas e arrancadores	Toda a Comarca	15-03-2016	1.367,58€
Nº 15/2016	Pequenas obras edifício Palácio da Justiça da Guarda	Guarda	22-03-2016	1.958,16€
Nº 16/2016	Produtos de limpeza	Almeida, Figueira, Trancoso	30-03-2016	339,71€
Nº 17/2016	Aquisição 4 carimbos datadores	Guarda (MP), Celorico, IP Sabugal	08-04-2016	140,00€
Nº 18/2016	aquisição de 10 toners reciclados	Guarda	15-04-2016	233,70€
Nº 19/2016	Reparação de figas de água na rede de água do edifício do PJ de Sabugal	IP Sabugal	15-04-2016	Sem efeito
Nº 20/2016	Reparação de microfone	Guarda	28-04-2016	24,60€ FM
Nº 21/2016	Aquisição de cabos alimentador universal para PC	Almeida	28-04-2016	29,90€
Nº 22/2016	Pequenas reparações e outras no edifício do Palácio da Justiça da Guarda	Guarda	16-05-2016	250,00€
Nº 23/2016	Aquisição de envelopes ars e pds	Toda a Comarca	17-05-2016	1.264,44€
Nº 24/2016	Manutenção pontual AVAC edifício do Palácio da Justiça	Guarda	18-05-2016	596,55€
Nº 25/2016	Manutenção pontual AVAC edifício do Palácio de Seia	Seia	18-05-2016	661,13€
Nº26/2016	Manutenção pontual AVAC edifício do Palácio de Seia	IP Sabugal	19-05-2016	578,00€
Nº 27/2016	Reparação AVAC Sabugal	IP Sabugal	24-05-2016	741,97€
Nº 28/2016	Reparação de 13 cadeiras	Guarda	25-05-2016	541,20€
Nº 30/2016	Manutenção pontual de caldeira de aquecimento	Guarda edifício do CRSS	30-05-2016	578,10€
Nº 31/2016	aquisição e colocação de três extintores no edifício do (CRSS)	Guarda edifício do CRSS	09-06-2016	77,49€
Nº 32/2016	aquisição de três tambores Samsung	Guarda	09-06-2016	202,95€
Nº 33/2016	aquisição de Transporte de 2 processos judiciais para o Tribunal da Relação Coimbra	Guarda	27-06-2016	295,20€
Nº 34/2016	Reparação AVAC do edifício do Palácio da Justiça de Gouveia	Gouveia	01-07-2016	777,73€
Nº 35/2016	Reparação AVAC do Palácio da Justiça da Guarda	Guarda	307-07-2016	Em execução



Ano Orçamental : 2016

Mapa de Projeto Inicial de Orçamento
710 - Tribunal Judicial da Comarca da Guarda

Classificação Económica		Valor
Código	Designação	
02.00.00.00.00	AQUISIÇÃO BENS E SERVIÇOS	
02.01.00.00.00	AQUISIÇÃO DE BENS	
02.01.02.00.00	Combustíveis e Lubrificantes	18.710,00 €
02.01.02.01.00	Combustíveis e Lubrificantes (Veículos Tribunais)	800,00 €
02.01.04.00.00	Limpeza e Higiene	1.523,00 €
02.01.08.00.00	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	
02.01.08.A0.00	Papel	6.090,00 €
02.01.08.B0.00	Tinteiros e Tonners	3.000,00 €
02.01.08.C0.00	Outros Consumíveis de Informática	700,00 €
02.01.08.D0.00	Outro Material de Escritório	2.521,00 €
02.01.08.D1.00	Envelopes	9.000,00 €
02.01.08.D2.00	ContraCapas	2.000,00 €
02.01.21.00.00	Outros Bens	1.000,00 €
02.02.00.00.00	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	
02.02.01.00.00	ENCARGO DAS INSTALAÇÕES	
02.02.01.A0.00	Água	5.755,00 €
02.02.01.B0.00	Electricidade	86.675,00 €
02.02.01.C0.00	Aquecimento	24.719,00 €
02.02.02.00.00	Limpeza e Higiene	53.656,00 €
02.02.03.00.00	Conservação de Bens	2.700,00 €
02.02.03.01.00	Extintores	1.056,00 €
02.02.03.03.00	Edifício	2.100,00 €
02.02.03.05.00	Elevadores	500,00 €
02.02.03.06.00	Veículos Afectos aos Tribunais	250,00 €
02.02.04.00.00	Locação de Edifícios	255,00 €
02.02.08.00.00	Locação de outros Bens	11.835,00 €
02.02.09.00.00	COMUNICAÇÕES	
02.02.09.C0.00	Comunicações Fixas de Voz	5.400,00 €
02.02.09.D0.00	Comunicações Móveis	770,00 €
02.02.09.F0.00	Outros Serviços de Comunicações	100,00 €
02.02.10.00.00	Transportes	720,00 €
02.02.12.00.00	Seguros	300,00 €
02.02.13.00.00	Deslocações e Estadas	147,00 €
02.02.18.00.00	Vigilância e Segurança	21.551,00 €
02.02.19.C0.00	Assistência Técnica - Outros	11.778,00 €
02.02.19.D0.00	Assistência Técnica - AVACS	7.998,00 €
02.02.25.00.00	OUTROS SERVIÇOS	
02.02.25.C0.00	Outras Despesas	4.364,00 €
02.02.25.C1.00	Inspeção aos Elevadores	900,00 €
02.02.25.C2.00	Inspeção aos Veículos Afectos aos Tribunais	50,00 €
02.02.25.C3.00	Prestadoras de Serviços de Limpeza	14.000,00 €
04.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	
04.08.00.00.00	FAMILIA	
04.08.02.00.00	Outras	3.051,00 €
06.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
06.02.00.00.00	DIVERSOS	
06.02.03.00.00	Outras	100,00 €
06.02.03.00.RC	Regulamento das Custas Judiciais	6.100,00 €
09.09.09.09.00	RESIDUAL	
Total do Projecto:		312.174,00 €



Balancete de Execução Orçamental

710 - Tribunal Judicial da Comarca da Guarda

Ano Orçamental: 2015
Mês : Dezembro

C.Ec.		Orçamento Inicial	Alterações orçamentais	Orçamento corrigido	Cabimentos		Compromissos		Pagamentos		Saldos		
Código	Designação				Mês	Acumulados	Mês	Acumulados	Mês	Acumulados	Cabimentos	Compromissos	Pagamentos
02.01.02.00.00	Combustíveis e Lubrificantes	17.200,00	-5.566,50	11.633,50	2.850,00	11.633,50	2.850,00	11.633,50	4.275,00	11.633,50	0,00	0,00	0,00
02.01.02.00.09	Combustíveis e Lubrificantes (Anos Findos)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02.01.02.01.00	Combustíveis e Lubrificantes (Veículos Tribunais)	900,00	357,96	1.257,96	154,09	1.257,96	154,09	1.257,96	154,09	1.257,96	0,00	0,00	0,00
02.01.02.01.09	Comb. e Lubrific. (V. Tribunais) (Anos Findos)	0,00	289,49	289,49	0,00	289,49	0,00	289,49	0,00	289,49	0,00	0,00	0,00
02.01.04.00.00	Limpeza e Higiene	1.500,00	-608,34	891,66	50,77	891,66	50,77	891,66	137,36	891,66	0,00	0,00	0,00
02.01.04.00.09	Limpeza e Higiene (Anos Findos)	0,00	115,82	115,82	0,00	115,82	0,00	115,82	0,00	115,82	0,00	0,00	0,00
02.01.08.A0.00	Papel	6.000,00	3.733,16	9.733,16	352,40	9.733,16	352,40	9.733,16	1.949,93	9.733,16	0,00	0,00	0,00
02.01.08.B0.00	Tinteiros e Tonners	6.100,00	-4.255,24	1.844,76	0,00	1.844,76	0,00	1.844,76	0,00	1.844,76	0,00	0,00	0,00
02.01.08.C0.00	Outros Consumíveis de Informática	1.100,00	33,73	1.133,73	270,60	1.133,73	270,60	1.133,73	270,60	1.133,73	0,00	0,00	0,00
02.01.08.D0.00	Outro Material de Escritório	2.200,00	16,75	2.216,75	0,00	2.216,75	0,00	2.216,75	43,35	2.147,34	0,00	0,00	69,41
02.01.08.D1.00	Envelopes	5.000,00	701,22	5.701,22	0,00	5.701,22	0,00	5.701,22	0,00	5.701,22	0,00	0,00	0,00
02.01.08.D2.00	ContraCapas	2.000,00	-1.149,91	850,09	54,12	850,09	54,12	850,09	54,12	850,09	0,00	0,00	0,00
02.01.08.D2.09	ContraCapas (Anos Findos)	0,00	54,12	54,12	0,00	54,12	0,00	54,12	0,00	54,12	0,00	0,00	0,00
02.01.19.00.00	Artigos Honoríficos e de Decoração	0,00	198,65	198,65	0,00	198,65	0,00	198,65	0,00	198,65	0,00	0,00	0,00
02.01.21.00.00	Outros Bens	1.500,00	-1.221,82	278,18	0,00	278,18	0,00	278,18	0,00	278,18	0,00	0,00	0,00
02.02.01.A0.00	Água	5.500,00	-374,82	5.125,18	291,47	5.044,05	291,47	5.044,05	291,47	5.044,05	81,13	81,13	81,13
02.02.01.A0.09	Água (Anos Findos)	0,00	370,75	370,75	0,00	370,75	0,00	370,75	0,00	370,75	0,00	0,00	0,00
02.02.01.B0.00	Electricidade	88.000,00	-1.533,89	86.466,11	4.100,82	86.466,11	4.100,82	86.466,11	4.105,00	86.466,11	0,00	0,00	0,00
02.02.01.B0.09	Electricidade (Anos Findos)	0,00	4.880,43	4.880,43	0,00	4.880,43	0,00	4.880,43	0,00	4.880,43	0,00	0,00	0,00
02.02.01.C0.00	Aquecimento	18.200,00	380,18	18.580,18	0,00	18.580,18	0,00	18.580,18	778,06	18.580,18	0,00	0,00	0,00
02.02.01.C0.09	Aquecimento (Anos Findos)	0,00	2.576,10	2.576,10	0,00	2.576,10	0,00	2.576,10	0,00	2.576,10	0,00	0,00	0,00
02.02.02.00.00	Limpeza e Higiene	53.500,00	-3.323,94	50.176,06	7.334,94	50.176,06	7.334,94	50.176,06	7.334,94	50.176,06	0,00	0,00	0,00
02.02.02.00.09	Limpeza e Higiene (Anos Findos)	0,00	3.628,74	3.628,74	0,00	3.628,74	0,00	3.628,74	0,00	3.628,74	0,00	0,00	0,00
02.02.03.00.00	Conservação de Bens	0,00	217,42	217,42	0,00	217,42	0,00	217,42	0,00	217,42	0,00	0,00	0,00
02.02.03.01.00	Extintores	0,00	711,67	711,67	0,00	711,67	0,00	711,67	0,00	711,67	0,00	0,00	0,00
02.02.03.01.09	Extintores (Anos Findos)	0,00	70,11	70,11	0,00	70,11	0,00	70,11	0,00	70,11	0,00	0,00	0,00
02.02.03.03.00	Edifício	0,00	8.256,91	8.256,91	256,29	8.256,91	256,29	8.256,91	5.094,03	8.256,91	0,00	0,00	0,00
02.02.03.04.00	Ar Condicionado	0,00	7.143,19	7.143,19	0,00	7.143,19	0,00	7.143,19	0,00	7.143,19	0,00	0,00	0,00
02.02.03.05.00	Elevadores	0,00	524,89	524,89	0,00	524,89	0,00	524,89	0,00	524,89	0,00	0,00	0,00
02.02.03.06.00	Veículos Afetos aos Tribunais	0,00	388,55	388,55	0,00	388,55	0,00	388,55	158,73	388,55	0,00	0,00	0,00
02.02.04.00.00	Locação de Edifícios	300,00	-48,00	252,00	0,00	252,00	0,00	252,00	21,00	252,00	0,00	0,00	0,00

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DA GUARDA | 11
Relatório de Gestão

C.Ec.		Orçamento Inicial	Alterações orçamentais	Orçamento corrigido	Cabimentos		Compromissos		Pagamentos		Saldos		
Código	Designação				Mês	Acumulados	Mês	Acumulados	Mês	Acumulados	Cabimentos	Compromissos	Pagamentos
02.02.08.00.00	Locação de outros Bens	11.700,00	-2.876,13	8.823,87	4.846,81	8.823,87	4.846,81	8.823,87	4.846,81	8.823,87	0,00	0,00	0,00
02.02.08.00.09	Locação de outros Bens (Anos Findos)	0,00	971,64	971,64	0,00	971,64	0,00	971,64	0,00	971,64	0,00	0,00	0,00
02.02.09.C0.00	Comunicações Fixas de Voz	5.800,00	-4.364,71	1.435,29	74,20	1.435,29	74,20	1.435,29	170,43	1.423,22	0,00	0,00	12,07
02.02.09.C0.09	Comunicações Fixas de Voz (Anos Findos)	0,00	129,15	129,15	0,00	129,15	0,00	129,15	0,00	129,15	0,00	0,00	0,00
02.02.09.D0.00	Comunicações Móveis	1.000,00	-537,91	462,09	27,01	462,09	27,01	462,09	27,01	462,09	0,00	0,00	0,00
02.02.09.D0.09	Comunicações Móveis (Anos Findos)	0,00	8,97	8,97	0,00	8,97	0,00	8,97	0,00	8,97	0,00	0,00	0,00
02.02.09.F0.00	Outros Serviços de Comunicações	100,00	22,75	122,75	0,00	122,75	0,00	122,75	0,00	122,75	0,00	0,00	0,00
02.02.10.00.00	Transportes	2.500,00	1.572,20	4.072,20	0,00	4.072,20	0,00	4.072,20	0,00	4.072,20	0,00	0,00	0,00
02.02.12.00.00	Seguros	300,00	-116,68	183,32	0,00	183,32	0,00	183,32	0,00	183,32	0,00	0,00	0,00
02.02.18.00.00	Vigilância e Segurança	21.000,00	485,05	21.485,05	1.685,10	21.485,05	1.685,10	21.485,05	1.685,10	21.485,05	0,00	0,00	0,00
02.02.18.00.09	Vigilância e Segurança (Anos Findos)	0,00	1.718,80	1.718,80	0,00	1.718,80	0,00	1.718,80	0,00	1.718,80	0,00	0,00	0,00
02.02.19.C0.00	Assistência Técnica - Outros	8.400,00	-223,75	8.176,25	94,82	8.176,25	94,82	8.176,25	94,82	8.176,25	0,00	0,00	0,00
02.02.19.C0.09	Assistência Técnica - Outros (Anos Findos)	0,00	650,78	650,78	0,00	650,78	0,00	650,78	0,00	650,78	0,00	0,00	0,00
02.02.19.D0.00	Assistência Técnica - AVACS	5.300,00	2.165,41	7.465,41	596,55	7.465,41	596,55	7.465,41	596,55	7.465,41	0,00	0,00	0,00
02.02.19.D0.09	Assistência Técnica - AVACS (Anos Findos)	0,00	413,87	413,87	0,00	413,87	0,00	413,87	0,00	413,87	0,00	0,00	0,00
02.02.25.C0.00	Outras Despesas	500,00	327,73	827,73	0,00	827,73	0,00	827,73	0,00	827,73	0,00	0,00	0,00
02.02.25.C1.00	Inspeção aos Elevadores	400,00	139,35	539,35	0,00	539,35	0,00	539,35	0,00	539,35	0,00	0,00	0,00
02.02.25.C2.00	Inspeção aos Veículos Afectos aos Tribunais	100,00	-69,46	30,54	0,00	30,54	0,00	30,54	0,00	30,54	0,00	0,00	0,00
02.02.25.C3.00	Prestadoras de Serviços de Limpeza	14.000,00	-873,72	13.126,28	1.112,94	13.126,28	1.112,94	13.126,28	1.112,94	13.126,28	0,00	0,00	0,00
04.08.02.00.00	Outras	3.000,00	-1.050,19	1.949,81	0,00	1.949,81	0,00	1.949,81	0,00	1.949,81	0,00	0,00	0,00
06.02.03.00.00	Outras	500,00	-417,50	82,50	10,00	82,50	10,00	82,50	10,00	82,50	0,00	0,00	0,00
06.02.03.00.RC	Regulamento das Custas Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.09.09.09.R0	Residual	5.500,00	-5.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Totais		289.100,00	9.143,03	298.243,03	24.162,93	298.161,90	24.162,93	298.161,90	33.211,34	298.080,42	81,13	81,13	162,61



Balancete de Execução Orçamental

710 - Tribunal Judicial da Comarca da Guarda

Ano Orçamental : 2016

Mês : Agosto

C.Ec.		Orçamento Inicial	Alterações orçamentais	Orçamento corrigido	Cabimentos		Compromissos		Pagamentos		Saldos		
Código	Designação				Mês	Acumulados	Mês	Acumulados	Mês	Acumulados	Cabimentos	Compromissos	Pagamentos
02.01.02.00.00	Combustíveis e Lubrificantes	17.200,00	0,00	17.200,00	0,00	7.590,00	0,00	7.590,00	0,00	7.590,00	9.610,00	9.610,00	9.610,00
02.01.02.01.00	Combustíveis e Lubrificantes (Veiculos Tribunais)	900,00	0,00	900,00	134,72	886,81	134,72	886,81	134,72	886,81	13,19	13,19	13,19
02.01.04.00.00	Limpeza e Higiene	1.500,00	0,00	1.500,00	88,28	1.196,21	88,28	1.196,21	88,28	1.196,21	303,79	303,79	303,79
02.01.08.A0.00	Papel	6.000,00	0,00	6.000,00	763,53	5.932,06	763,53	5.932,06	763,53	5.932,06	67,94	67,94	67,94
02.01.08.B0.00	Tinteiros e Tonners	6.100,00	-2.493,44	3.606,56	0,00	2.133,14	0,00	2.133,14	202,95	2.133,14	1.473,42	1.473,42	1.473,42
02.01.08.D0.00	Outro Material de Escritório	3.300,00	-1.158,05	2.141,95	0,00	1.445,94	0,00	1.445,94	49,20	1.445,94	696,01	696,01	696,01
02.01.08.D0.09	Outro Material de Escritório (Anos Findos)	0,00	105,40	105,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	105,40	105,40	105,40
02.01.08.D1.00	Envelopes	5.000,00	1.915,68	6.915,68	0,00	6.915,68	0,00	6.915,68	0,00	6.915,68	0,00	0,00	0,00
02.01.08.D2.00	ContraCapas	2.000,00	0,00	2.000,00	27,06	1.394,82	27,06	1.394,82	442,80	1.367,76	605,18	605,18	632,24
02.01.21.00.00	Outros Bens	1.500,00	163,59	1.663,59	31,85	1.663,59	31,85	1.663,59	31,85	1.663,59	0,00	0,00	0,00
02.02.01.A0.00	Água	5.500,00	-34,53	5.465,47	563,28	3.226,79	563,28	3.226,79	563,28	3.226,79	2.238,68	2.238,68	2.238,68
02.02.01.A0.09	Água (Anos Findos)	0,00	33,03	33,03	0,00	33,03	0,00	33,03	0,00	33,03	0,00	0,00	0,00
02.02.01.B0.00	Electricidade	88.000,00	-1.741,74	86.258,26	8.560,92	64.390,15	8.560,92	64.390,15	4.766,09	59.541,73	21.868,11	21.868,11	26.716,53
02.02.01.B0.09	Electricidade (Anos Findos)	0,00	1.569,06	1.569,06	0,00	1.569,06	0,00	1.569,06	0,00	1.569,06	0,00	0,00	0,00
02.02.01.C0.00	Aquecimento	18.200,00	8.055,26	26.255,26	861,63	26.255,26	861,63	26.255,26	8.620,75	26.130,81	0,00	0,00	124,45
02.02.02.00.00	Limpeza e Higiene	53.500,00	-1.217,90	52.282,10	4.582,80	37.354,25	4.582,80	37.354,25	4.582,80	37.354,25	14.927,85	14.927,85	14.927,85
02.02.02.00.09	Limpeza e Higiene (Anos Findos O.T.)	0,00	1.217,90	1.217,90	0,00	1.217,90	0,00	1.217,90	0,00	1.217,90	0,00	0,00	0,00
02.02.03.00.00	Conservação de Bens	0,00	774,90	774,90	0,00	774,90	0,00	774,90	0,00	774,90	0,00	0,00	0,00
02.02.03.01.00	Extintores	0,00	163,58	163,58	0,00	163,58	0,00	163,58	0,00	163,58	0,00	0,00	0,00
02.02.03.02.00	Impressora - Fax -Digitalizador- Servidor	0,00	73,80	73,80	0,00	73,80	0,00	73,80	0,00	73,80	0,00	0,00	0,00
02.02.03.03.00	Edifício	0,00	2.853,41	2.853,41	0,00	2.853,41	0,00	2.853,41	0,00	2.853,41	0,00	0,00	0,00
02.02.03.04.00	Ar Condicionado	0,00	3.933,48	3.933,48	741,97	3.933,48	741,97	3.933,48	777,73	3.191,51	0,00	0,00	741,97
02.02.03.06.00	Veiculos Afectos aos Tribunais	0,00	34,44	34,44	0,00	34,44	0,00	34,44	0,00	34,44	0,00	0,00	0,00
02.02.04.00.00	Locação de Edifícios	300,00	0,00	300,00	0,00	189,00	0,00	189,00	21,00	168,00	111,00	111,00	132,00
02.02.08.00.00	Locação de outros Bens	11.700,00	-971,64	10.728,36	1.114,71	9.226,21	1.114,71	9.226,21	2.086,35	9.226,21	1.502,15	1.502,15	1.502,15



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DA GUARDA | 13
Relatório de Gestão

C.Ec.		Orçamento Inicial	Alterações orçamentais	Orçamento corrigido	Cabimentos		Compromissos		Pagamentos		Saldos		
Código	Designação				Mês	Acumulados	Mês	Acumulados	Mês	Acumulados	Cabimentos	Compromissos	Pagamentos
02.02.08.00.09	Locação de outros Bens (Anos Findos)	0,00	971,64	971,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	971,64	971,64	971,64
02.02.09.C0.00	Comunicações Fixas de Voz	5.800,00	-3.862,38	1.937,62	172,74	940,31	172,74	940,31	66,32	833,89	997,31	997,31	1.103,73
02.02.09.D0.00	Comunicações Móveis	1.000,00	-12,07	987,93	129,52	478,39	129,52	478,39	66,99	415,86	509,54	509,54	572,07
02.02.09.D0.09	Comunicações Móveis (Anos Findos)	0,00	12,07	12,07	0,00	6,04	0,00	6,04	0,00	6,04	6,03	6,03	6,03
02.02.09.F0.00	Outros Serviços de Comunicações	100,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	100,00	100,00
02.02.10.00.00	Transportes	2.500,00	-2.020,57	479,43	0,00	295,20	0,00	295,20	0,00	295,20	184,23	184,23	184,23
02.02.12.00.00	Seguros	300,00	0,00	300,00	0,00	107,50	0,00	107,50	0,00	107,50	192,50	192,50	192,50
02.02.18.00.00	Vigilância e Segurança	21.000,00	0,00	21.000,00	1.769,36	14.053,75	1.769,36	14.053,75	1.769,36	12.284,39	6.946,25	6.946,25	8.715,61
02.02.19.C0.00	Assistência Técnica - Outros	8.400,00	-254,72	8.145,28	1.871,47	5.913,74	1.871,47	5.913,74	1.871,47	5.913,74	2.231,54	2.231,54	2.231,54
02.02.19.C0.09	Assistência Técnica - Outros (Anos Findos)	0,00	254,72	254,72	0,00	254,72	0,00	254,72	0,00	254,72	0,00	0,00	0,00
02.02.19.D0.00	Assistência Técnica - AVACS	5.300,00	-1.835,78	3.464,22	0,00	413,87	0,00	413,87	0,00	413,87	3.050,35	3.050,35	3.050,35
02.02.25.C0.00	Outras Despesas	500,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00	500,00	500,00
02.02.25.C1.00	Inspeção aos Elevadores	400,00	0,00	400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400,00	400,00	400,00
02.02.25.C2.00	Inspeção aos Veículos Afectos aos Tribunais	100,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	100,00	100,00
02.02.25.C3.00	Prestadoras de Serviços de Limpeza	14.000,00	0,00	14.000,00	1.112,94	8.903,52	1.112,94	8.903,52	1.112,94	8.903,52	5.096,48	5.096,48	5.096,48
03.05.02.J0.00	Juros de Mora	0,00	193,81	193,81	43,02	193,81	43,02	193,81	43,02	191,96	0,00	0,00	1,85
04.08.02.00.00	Outras	3.000,00	-902,18	2.097,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.097,82	2.097,82	2.097,82
06.02.03.00.00	Outras	500,00	-320,77	179,23	10,50	86,00	10,50	86,00	10,50	86,00	93,23	93,23	93,23
09.09.09.09.R0	Residual	5.500,00	-5.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Totais		289.100,00	0,00	289.100,00	22.580,30	212.100,36	22.580,30	212.100,36	28.071,93	204.397,30	76.999,64	76.999,64	84.702,70

Direcção Geral da Administração da Justiça

19-09-2016

Unidade:
Euro

Versão documento :1.1 CR13LF

Setembro de 2016



VI – Instalações e Equipamentos

Intervenções Previstas com execução em 2016:

Segundo o "Planeamento estratégico das infraestruturas dos Tribunais", documento já submetido pelo IGFEJ à Tutela, estão previstas as seguintes intervenções a desenvolver pelo IGFEJ:

- **Palácio de Justiça de Almeida:** reparação da cobertura, com estimativa de 100.000 €, encontrando-se em fase de execução, prevendo-se a conclusão dos trabalhos até final do ano em curso;

- **Palácio de Justiça de Trancoso:** obras de conservação geral, incluindo cobertura, caixilharias, pintura e instalação elétrica; projeto já concluído, com a estimativa de 270.000 € e prazo de 7 meses para procedimento e obra;

- **Palácio de Justiça de Seia:** (a) obras de conservação, pinturas reparação de infiltrações em fase de adjudicação. (b) recolocação de pedras de revestimento, estas últimas já colocadas e executado o procedimento em Junho de 2016;

- Entretanto, no **Palácio da Justiça de Celorico da Beira** vão ter lugar obras de conservação, incluindo rampa de acesso, reparação de gabinete, reparação da fachada exterior e limpeza de caleiras e algerozes, as quais são executadas pelo Município ao abrigo de um Protocolo celebrado com o IGFEJ, aguardando-se a indicação do seu prazo;

- **Palácio da Justiça do Sabugal:** Substituição de toda a canalização da rede de água, procedimento por ajuste direto em fase de execução, cujos trabalhos já iniciados prevendo-se a conclusão das obras até final de Outubro de 2016;

- **Palácio da Justiça de Vila Nova de Foz Coa:** (a) Intervenção no interior do edifício, com pintura geral e colocação de estores novos. (b) Foi já realizada uma primeira reunião de trabalho entre o Município e o IGFEJ com vista à aquisição de Ar condicionado e numa segunda fase com colocação da rampa de acesso;

- **Palácio da Justiça de Figueira de Castelo Rodrigo:** Colocação de rampa de acesso e instalações sanitárias no piso (0) do edifício com a colaboração do Município

- No que se refere à **secção de Trabalho da Guarda**, atendendo a que o edifício onde está instalada pertence ao Instituto da Segurança Social, não está prevista intervenção do IGFEJ, aguardando-se as diligências por parte daquela entidade.

Para além destas intervenções que já estão em andamento e que se prevê serem executadas em 2016, também foi considerada e encontra-se em fase de estudo a seguinte:

- **Palácio da Justiça da Guarda:** ampliação de instalações, prevendo-se que a elaboração do projeto demore 12 meses e as respetivas obras, incluindo o procedimento prévio, 22 meses, tendo uma estimativa de custo de 565.000 €;

- Foi detetada uma avaria na produção de frio no sistema de ar condicionado do Palácio da Justiça da Guarda e falhas diversas de climatização em diversas secções da comarca, as quais vêm sendo reportadas aos organismos centrais.



VII – Unidades Orgânicas e movimento processual

1. Unidades de processos

1.1. Dados estatísticos

Todos os dados estatísticos indicados têm como fonte o sistema Habilus/Citius, reportando-se ao período abrangido e a consulta feita nos cinco dias subsequentes ao último utilizando os critérios «*Estatística Oficial*» ou «*Estatística Secretaria*».

Após consulta, os dados recolhidos quanto a processos findos e pendentes foram trabalhados fora do sistema de registo, de forma estática, para evitar incongruências decorrentes da não consolidação dos dados no Habilus¹.

1.2. Taxas e indicadores

Serão referidas, desagregada a cada Unidade Orgânica, as taxas de congestão², de resolução (clearance rate)³, de recuperação (backlog rate)⁴ e de litigância⁵, segundo os seguintes algoritmos:

Taxa de Resolução (Clearance Rate): Estabelece a razão entre o número de processos findos e o número de processos entrados:

$$\text{clearance rate} = \frac{\text{n}^\circ \text{ de processo findos}}{\text{n}^\circ \text{ de processos entrados}} \times 100$$

Taxa de Recuperação (Backlog Rate): Estabelece a razão entre o número de processo findos e a adição resultante da soma do número de pendentes com o número de processos entrados;

$$\text{backlog rate} = \frac{\text{n}^\circ \text{ de processos findos}}{\text{n}^\circ \text{ de processo pendentes} + \text{n}^\circ \text{ de processos entrados}}$$

Taxa de Congestão: Estabelece a razão entre o número de processos pendentes no início do ano e o número de processo findos nesse ano; (se o período de análise for 1 mês, 3 meses ou 6 meses, divide-se o numerador por 12, 4 ou 2, respectivamente)

$$\text{taxa de congestão} = \frac{\text{n}^\circ \text{ de processo pendentes}}{\text{n}^\circ \text{ de processo findos}}$$

Taxa de Litigância: Indica o número de processo entrados por mil habitantes (Dados da população - Censos 2013)

$$\text{taxa de litigância} = \frac{\text{n}^\circ \text{ de processos entrados}}{\text{n}^\circ \text{ de habitantes do município}/1000}$$

São ainda referidos infra os seguintes indicadores de gestão, com base nos seguintes algoritmos:

Carga Processual por Unidade Produtiva

$$= \frac{\text{n}^\circ \text{ de processo pendente}_{t-1} + \text{n}^\circ \text{ de processos entrados}_t}{\text{n}^\circ \text{ de unidades produtivas}}$$

$$\text{Produtividade por Unidade Produtiva} = \frac{\text{n}^\circ \text{ de processo findos}_t}{\text{n}^\circ \text{ de unidades produtivas}_t}$$

⁶ Tais dados devem ter uma leitura orientada em relação a unidades orgânicas em que, na maioria dos casos, os processos se iniciam com a decisão judicial - Comércio (v.g. insolvências) e Instâncias de Pequena Criminalidade (v.g. sumários).

² A taxa de congestão estabelece a razão entre o número de processos pendentes no início do ano e o número de processos findos nesse ano.

³ A taxa de resolução (clearance rate) estabelece a razão entre o número de processos findos e o número de processos entrados.

⁴ A taxa de recuperação (backlog rate) estabelece a razão entre o número de processos findos e a adição resultante da soma do número de processos pendentes com o número de processos entrados.

⁵ A taxa de litigância indica o número de processos entrados por mil habitantes.



Nas unidades produtivas em análise foram considerados os juízes de direito em efetividade de funções e oficiais de justiça com funções exclusivamente nas secções de processos.

Assim, atendendo a que o juiz auxiliar afeto à instância local da Guarda, secção criminal tem competência para a tramitação dos processos da área processual de instrução criminal e processos sumaríssimos, temos que em cada instância local, secção de competência genérica e secção criminal da Guarda se considera como unidade produtiva (juiz) o valor 1,1 (1/10 unidades orgânicas).

Na Instância Central da Guarda, secção cível e criminal, estão colocados 4 juízes, sendo três efetivos e um auxiliar.

Na Instância Local da Guarda, secção cível estão colocados três juízes, sendo dois efetivos e um auxiliar.

Relativamente aos indicadores de carga processual e produtividade por funcionário, considerou-se o seguinte número de unidades produtivas:

Unidade Orgânica	Funcionários
Almeida - Inst. Local - Sec. Comp. Gen. - J1	5
Celorico Beira - Inst. Local - Sec. Comp. Gen. - J1	5
Fig. Cast. Rodrigo - Inst. Local - S. Comp. Gen. - J1	3
Gouveia - Inst. Local - Sec. Comp. Gen. - J1	7 ¹
Guarda - Inst. Central - Sec.Trabalho - J1	5
Guarda - Inst. Central - Secção Cível e Criminal - J1, J2 e J3	7
Guarda - Inst. Local - Secção Cível - J1 e J2	10 ²
Guarda - Inst. Local - Secção Criminal - J1	6
Pinhel - Inst. Local - Sec. Comp. Gen. - J1	5
Seia - Inst. Local - Sec. Comp. Gen. - J1 e J2	10
Trancoso - Inst. Local - Sec. Comp. Gen. - J1	6
V. N. Foz Côa - Inst. Local - Sec. Comp. Gen. - J1	6

1 - Afetação de funcionários da secção de proximidade do Sabugal e da instância local de Celorico da Beira à tramitação de processos executivos.

2 - Afetação de funcionário de Trancoso à tramitação de processos executivos.

1.3 - Dados estatísticos desagregados por unidade orgânica, taxas e indicadores de gestão:

Instância Central - Secção Cível e Criminal

A secção Cível e Criminal da Instância Central têm competência territorial em toda a área da comarca, encontrando-se a sua competência material definida nos artigos 117º e 118º da Lei 62/2013 de 26 de agosto. Nela estão colocados quatro juízes, sendo três efetivos e um auxiliar.



O número de processos entrados na secção, no período, segundo os dados de consulta da estatística oficial, foi de 414 tendo sido registados 484 processos findos.

O número total de habitantes da comarca, segundo os dados recolhidos na página eletrónica do Instituto Nacional de Estatística relativos ao Censos de 2013 é de 155.512 habitantes.

Quanto às taxas e indicadores de gestão no período temos:

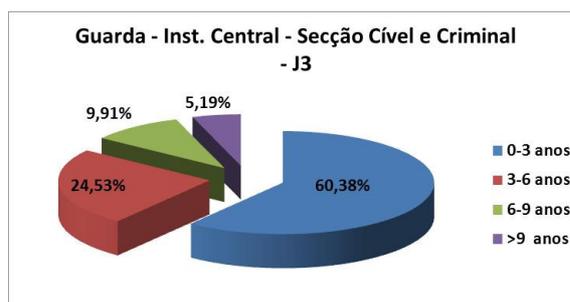
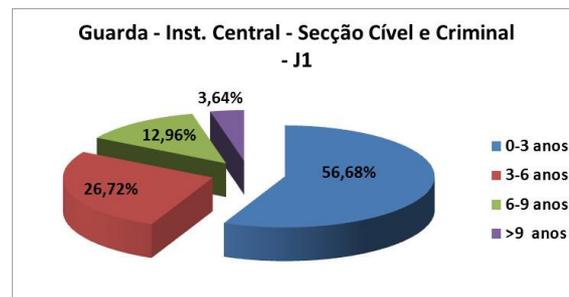
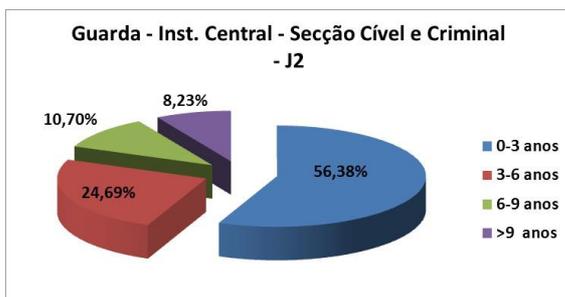
ESTATÍSTICA DA OFICIAL					INDICADORES DE GESTÃO			
Unidade Orgânica	Pendentes antes de 01-09-2015	Entrados entre 01-09-2015 e 31-08-2016	Findos entre 01-09-2015 e 29-02-2016	Pendentes depois de 31-08-2016	Taxa de Resolução (clearance rate)	Taxa de Recuperação (Backlog rate)	Taxa de Congestão	Taxa de Litigância
Guarda - Inst. Central - Secção Cível e Criminal - J1	260	137	150	247	109,49%	37,78%	173,33%	0,88 ‰
Guarda - Inst. Central - Secção Cível e Criminal - J2	263	152	172	243	113,16%	41,45%	152,91%	0,98 ‰
Guarda - Inst. Central - Secção Cível e Criminal - J3	249	125	162	212	129,60%	43,32%	153,70%	0,80 ‰
Total Geral	772	414	484	702				
ESTATÍSTICA DA SECRETARIA					INDICADORES DE GESTÃO			
Guarda - Inst. Central - Secção Cível e Criminal - J1	424	145	189	380	130,34%	33,22%	224,34%	0,93 ‰
Guarda - Inst. Central - Secção Cível e Criminal - J2	428	163	195	396	119,63%	32,99%	219,49%	1,05 ‰
Guarda - Inst. Central - Secção Cível e Criminal - J3	397	133	196	334	147,37%	36,98%	202,55%	0,86 ‰
Total Geral	1249	441	580	1110				
Secção de Processos	Carga Processual por Juiz	Carga Processual por Funcionário	Ratio de processos findos por Juiz	Ratio de processos findos por Funcionário				
Guarda - Inst. Central - Secção Cível e Criminal	296,50	169,43	121,00	69,14				

A estrutura da pendência da estatística oficial está evidenciada no gráfico que segue, constatando-se quanto à Instância Central-Secção Cível e Criminal - J1, que entre 0 e 3 anos sem decisão final encontram-se 56,68% (59,23% em 01 de setembro de 2015) dos processos pendentes e 26,72% (24,23% em 01 de setembro de 2015) não têm decisão final entre 3 e 6 anos.

Quanto à Instância Central-Secção Cível e Criminal - J2, entre 0 e 3 anos sem decisão final encontram-se 56,38% dos processos pendentes (60,75% em 01 de setembro de 2015) e 24,69% não têm decisão final entre 3 e 6 anos (19,25% em 01 de setembro de 2015).

Quanto à Instância Central-Secção Cível e Criminal - J3, entre 0 e 3 anos sem decisão final encontram-se 60,38% dos processos pendentes (59,45% em 01 de setembro de 2015) e 24,53% não têm decisão final entre 3 e 6 anos (24,02% em 01 de setembro de 2015).





Instância Central - Secção do Trabalho

A secção do Trabalho tem competência territorial em toda a área da comarca, encontrando-se a sua competência material definida no artigo 126º da Lei 62/2013 de 26 de agosto. Nela está colocado um juiz. O número de processos entrados na secção, no período, segundo os dados de consulta da estatística oficial, foi de 1083 tendo sido registados 1078 processos findos.

O número total de habitantes da comarca, segundo os dados recolhidos na página eletrónica do Instituto Nacional de Estatística relativos ao Censos de 2013 é de 155.512 habitantes.

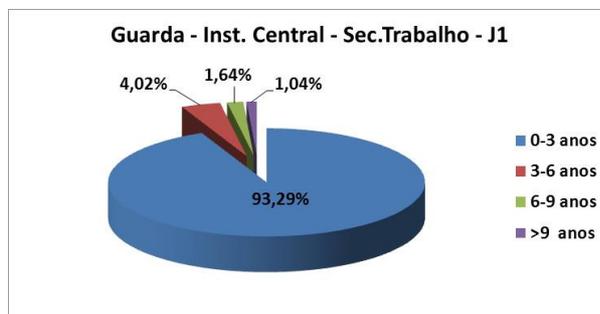
Quanto às taxas e indicadores de gestão no período temos que:

ESTATÍSTICA DA OFICIAL					INDICADORES DE GESTÃO			
Unidade Orgânica	Pendentes antes de 01-09-2015	Entrados entre 01-09-2015 e 31-08-2016	Findos entre 01-09-2015 e 29-02-2016	Pendentes depois de 31-08-2016	Taxa de Resolução (clearance rate)	Taxa de Recuperação (Backlog rate)	Taxa de Congestão	Taxa de Litigância
Guarda - Inst. Central - Sec.Trabalho - J1	668	1083	1078	673	99,54%	61,56%	61,97%	6,96 ‰
ESTATÍSTICA DA SECRETARIA					INDICADORES DE GESTÃO			
Guarda - Inst. Central - Sec.Trabalho - J1	1024	1095	1224	895	111,78%	57,76%	83,66%	7,04 ‰
Secção de Processos	Carga Processual por Juiz	Carga Processual por Funcionário	Ratio de processos findos por Juiz	Ratio de processos findos por Funcionário				
Guarda - Inst. Central - Secção do Trabalho	1751,00	350,20	1078,00	215,60				

A estrutura da pendência da estatística oficial está evidenciada no gráfico que segue, constatando-se quanto à Instância Central-Secção do Trabalho - J1, que entre 0 e 3 anos sem



decisão final encontram-se 93,29% dos processos pendentes (81,47% em 01 de setembro de 2015) e 4,02% não têm decisão final entre 3 e 6 anos (10,79% em 01 de setembro de 2015).



Instância Local da Guarda - Secção Cível

A secção cível da Instância Local da Guarda tem competência territorial na área dos municípios da Guarda, Manteigas e Sabugal, encontrando-se a sua competência material definida no artigo 130º da Lei 62/2013 de 26 de agosto. Nela estão colocados três juízes, sendo dois efetivos e um auxiliar. O número de processos entrados na secção, no período, segundo os dados de consulta da estatística oficial, foi de 1241 tendo sido registados 1700 processos findos.

O número total de habitantes da área dos municípios da competência da secção, segundo os dados recolhidos na página eletrónica do Instituto Nacional de Estatística relativos ao Censos de 2013 é de 56.624 habitantes.

Quanto às taxas e indicadores de gestão no período temos que:

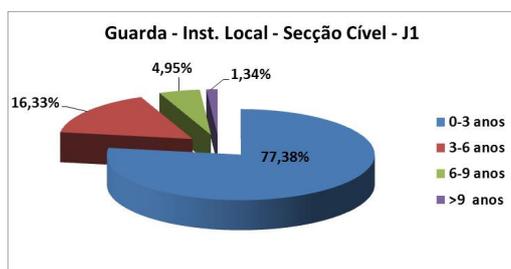
ESTATÍSTICA OFICIAL					INDICADORES DE GESTÃO			
Unidade Orgânica	Pendentes antes de 01-09-2015	Entrados entre 01-09-2015 e 31-08-2016	Findos entre 01-09-2015 e 29-02-2016	Pendentes depois de 31-08-2016	Taxa de Resolução (clearance rate)	Taxa de Recuperação (Backlog rate)	Taxa de Congestão	Taxa de Litigância
Guarda - Inst. Local - Secção Cível - J1	946	613	817	742	133,28%	52,41%	115,79%	10,83 %/00
Guarda - Inst. Local - Secção Cível - J2	1030	628	883	775	140,61%	53,26%	116,65%	11,09 %/00
Total Geral	1976	1241	1700	1517				
ESTATÍSTICA DA SECRETARIA					INDICADORES DE GESTÃO			
Guarda - Inst. Local - Secção Cível - J1	1510	630	1049	1091	166,51%	49,02%	143,95%	11,13 %/00
Guarda - Inst. Local - Secção Cível - J2	1614	652	1085	1181	166,41%	47,88%	148,76%	11,51 %/00
Total Geral	3124	1282	2134	2272				

Secção de Processos	Carga Processual por Juiz	Carga Processual por Funcionário	Ratio de processos findos por Juiz	Ratio de processos findos por Funcionário
Guarda - Inst. Local - Secção Cível	1072,33	321,70	566,67	170,00



A estrutura da pendência da estatística oficial está evidenciada no gráfico que segue, constatando-se quanto à Instância Local da Guarda - Secção Cível - J1, entre 0 e 3 anos sem decisão final encontram-se 77,38% dos processos pendentes (77,30% em 01 de setembro de 2015) e 16,33% não têm decisão final entre 3 e 6 anos (17,48% em 01 de setembro de 2015).

Quanto à Instância Local da Guarda - Secção Cível - J2, entre 0 e 3 anos sem decisão final encontram-se 79,59% dos processos pendentes (77,30% em 01 de setembro de 2015) e 15,46% não têm decisão final entre 3 e 6 anos (17,48% em 01 de setembro de 2015).



Instância Local da Guarda - Secção Criminal

A secção criminal da Instância Local da Guarda tem competência territorial na área dos municípios da Guarda, Manteigas e Sabugal, encontrando-se a sua competência material definida no artigo 130º da Lei 62/2013 de 26 de agosto. Nela estão colocados dois juízes, um efetivo e um auxiliar, sendo os processos da área processual de instrução criminal e processos sumaríssimos da competência do juiz auxiliar com competência para a tramitação destes processo em toda a área da comarca. O número de processos entrados na secção, no período, segundo os dados de consulta da estatística oficial, foi de 1229 tendo sido registados 1311 processos findos.

O número total de habitantes da área dos municípios da competência da secção, segundo os dados recolhidos na página eletrónica do Instituto Nacional de Estatística relativos ao Censos de 2013 é de 56.624 habitantes.

Quanto às taxas e indicadores de gestão no período temos que:

ESTATÍSTICA DA OFICIAL				
Unidade Orgânica	Pendentes antes de 01-09-2015	Entrados entre 01-09-2015 e 31-08-2016	Findos entre 01-09-2015 e 29-02-2016	Pendentes depois de 31-08-2016
Guarda - Inst. Local - Secção Criminal - J1	397	1229	1311	315

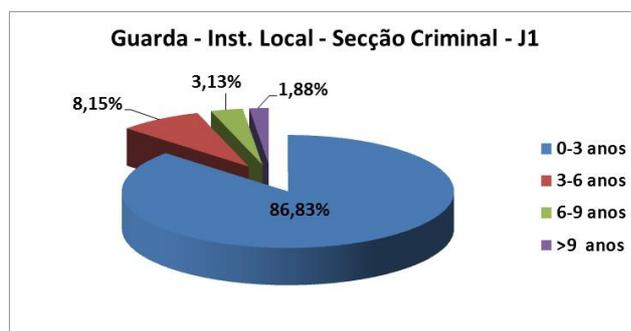
ESTATÍSTICA DA SECRETARIA				
Unidade Orgânica	Pendentes antes de 01-09-2015	Entrados entre 01-09-2015 e 31-08-2016	Findos entre 01-09-2015 e 29-02-2016	Pendentes depois de 31-08-2016
Guarda - Inst. Local - Secção Criminal - J1	905	1238	1276	867

INDICADORES DE GESTÃO			
Taxa de Resolução (clearance rate)	Taxa de Recuperação (Backlog rate)	Taxa de Congestão	Taxa de Litigância
106,67%	80,63%	30,28%	21,70 ‰
INDICADORES DE GESTÃO			
103,07%	59,54%	70,92%	21,86 ‰



Secção de Processos	Carga Processual por Juiz	Carga Processual por Funcionário	Ratio de processos findos por Juiz	Ratio de processos findos por Funcionário
Guarda - Inst. Local - Secção Criminal	1478,18	271,00	1191,82	218,50

A estrutura da pendência da estatística oficial está evidenciada no gráfico que segue, constatando-se quanto à Instância Local da Guarda - Secção Criminal - J1 que entre 0 e 3 anos sem decisão final encontram-se 86,83% dos processos pendentes (92,11% em 01 de setembro de 2015) e 8,15% não têm decisão final entre 3 e 6 anos (5,34% em 01 de setembro de 2015).



Instância Local de Seia - Secção de Competência Genérica

A secção de competência genérica da Instância Local de Seia tem competência territorial na área do município de Seia, encontrando-se a sua competência material definida no artigo 130º da Lei 62/2013 de 26 de agosto. Nela estão colocados dois juizes, sendo os processos da área processual de instrução criminal e processos sumaríssimos da competência de um juiz auxiliar com competência para a tramitação destes processos em toda a área da comarca. O número de processos entrados na secção, no período, segundo os dados de consulta da estatística oficial, foi de 1082 tendo sido registados 1294 processos findos.

O número total de habitantes da área do município da competência da secção, segundo os dados recolhidos na página eletrónica do Instituto Nacional de Estatística relativos ao Censos de 2013 é de 23.958 habitantes.

Quanto às taxas e indicadores de gestão no período temos que:

ESTATÍSTICA OFICIAL					INDICADORES DE GESTÃO			
Unidade Orgânica	Pendentes antes de 01-09-2015	Entrados entre 01-09-2015 e 31-08-2016	Findos entre 01-09-2015 e 29-02-2016	Pendentes depois de 31-08-2016	Taxa de Resolução (clearance rate)	Taxa de Recuperação (Backlog rate)	Taxa de Congestão	Taxa de Litigância
Seia - Inst. Local - Sec. Comp. Gen. - J1	473	552	631	394	114,31%	61,56%	74,96%	23,04 ‰
Seia - Inst. Local - Sec. Comp. Gen. - J2	459	530	663	326	125,09%	67,04%	69,23%	22,12 ‰
Total Geral	932	1082	1294	720				

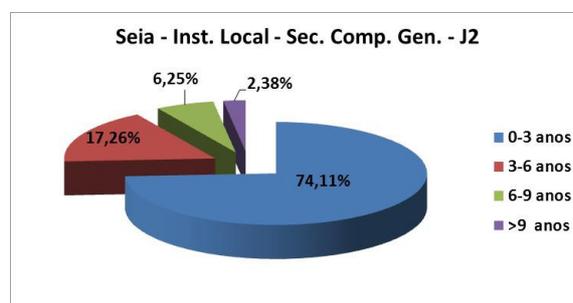
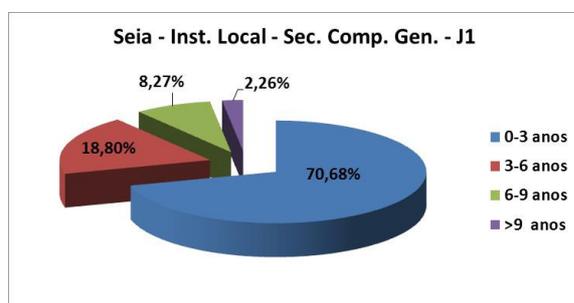


ESTATÍSTICA DA SECRETARIA					INDICADORES DE GESTÃO			
Seia - Inst. Local - Sec. Comp. Gen. - J1	828	559	685	702	122,54%	49,39%	120,88%	23,33 %/oo
Seia - Inst. Local - Sec. Comp. Gen. - J2	800	534	734	600	137,45%	55,02%	108,99%	22,29 %/oo
Total Geral	1628	1093	1419	1302				

Secção de Processos	Carga Processual por Juiz	Carga Processual por Funcionário	Ratio de processos findos por Juiz	Ratio de processos findos por Funcionário
Seia - Inst. Local - Sec. Comp. Genérica	959,05	201,40	616,19	129,40

A estrutura da pendência da estatística oficial está evidenciada no gráfico que segue, constatando-se quanto à Instância Local de Seia - J1, entre 0 e 3 anos sem decisão final encontram-se 70,68% dos processos pendentes (66,52% em 01 de setembro de 2015) e 18,80% não têm decisão final entre 3 e 6 anos (21,17% em 01 de setembro de 2015).

Quanto à Instância Local de Seia - J2, entre 0 e 3 anos sem decisão final encontram-se 74,11% dos processos pendentes (68,23% em 01 de setembro de 2015) e 17,26% não têm decisão final entre 3 e 6 anos (20,81% em 01 de setembro de 2015).



Instância Local de Almeida - Secção de Competência Genérica

A secção de competência genérica da Instância Local da Almeida tem competência territorial na área do município de Almeida, encontrando-se a sua competência material definida no artigo 130º da Lei 62/2013 de 26 de agosto. Nela está colocado um juiz, sendo os processos da área processual de instrução criminal e processos sumaríssimos da competência de um juiz auxiliar com competência para a tramitação destes processo em toda a área da comarca. O número de processos entrados na secção, no período, segundo os dados de consulta da estatística oficial, foi de 380 tendo sido registados 416 processos findos.

O número total de habitantes da área do município da competência da secção, segundo os dados recolhidos na página eletrónica do Instituto Nacional de Estatística relativos ao Censos de 2013 é de 6.732 habitantes.

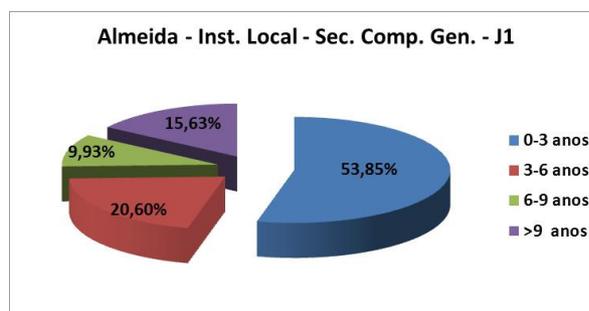
Quanto às taxas e indicadores de gestão no período temos que:



ESTATÍSTICA DA OFICIAL					INDICADORES DE GESTÃO			
Unidade Orgânica	Pendentes antes de 01-09-2015	Entrados entre 01-09-2015 e 31-08-2016	Findos entre 01-09-2015 e 29-02-2016	Pendentes depois de 31-08-2016	Taxa de Resolução (clearance rate)	Taxa de Recuperação (Backlog rate)	Taxa de Congestão	Taxa de Litigância
Almeida - Inst. Local - Sec. Comp. Gen. - J1	418	380	416	382	109,47%	52,13%	100,48%	56,45 ‰
ESTATÍSTICA DA SECRETARIA					INDICADORES DE GESTÃO			
Almeida - Inst. Local - Sec. Comp. Gen. - J1	889	383	459	813	119,84%	36,08%	193,68%	56,89 ‰

Secção de Processos	Carga Processual por Juiz	Carga Processual por Funcionário	Ratio de processos findos por Juiz	Ratio de processos findos por Funcionário
Almeida - Inst. Local - Sec. Comp. Genérica	725,45	159,60	378,18	83,20

A estrutura da pendência da estatística oficial está evidenciada no gráfico que segue, constatando-se que entre 0 e 3 anos sem decisão final encontram-se 53,85% dos processos pendentes (54,77% em 01 de setembro de 2015) e 20,60% (20,62% em 01 de setembro de 2015) não têm decisão final entre 3 e 6 anos (20,62% em 01 de setembro de 2015).



Instância Local de Celorico da Beira - Secção de Competência Genérica

A secção de competência genérica da Instância Local da Celorico da Beira tem competência territorial na área do município de Celorico da Beira, encontrando-se a sua competência material definida no artigo 130º da Lei 62/2013 de 26 de agosto. Nela está colocado um juiz, sendo os processos da área processual de instrução criminal e processos sumaríssimos da competência de um juiz auxiliar com competência para a tramitação destes processo em toda a área da comarca. O número de processos entrados na secção, no período, segundo os dados de consulta da estatística oficial, foi de 401 tendo sido registados 409 processos findos.

O número total de habitantes da área do município da competência da secção, segundo os dados recolhidos na página eletrónica do Instituto Nacional de Estatística relativos ao Censos de 2013 é de 7458 habitantes.

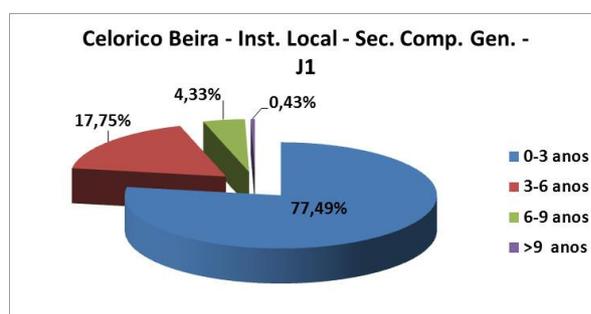
Quanto às taxas e indicadores de gestão no período temos que:



ESTATÍSTICA DA OFICIAL					INDICADORES DE GESTÃO			
Unidade Orgânica	Pendentes antes de 01-09-2015	Entrados entre 01-09-2015 e 31-08-2016	Findos entre 01-09-2015 e 29-02-2016	Pendentes depois de 31-08-2016	Taxa de Resolução (clearance rate)	Taxa de Recuperação (Backlog rate)	Taxa de Congestão	Taxa de Litigância
Celorico Beira - Inst. Local - Sec. Comp. Gen. - J1	239	401	409	231	102,00%	63,91%	58,44%	53,77 %/oo
ESTATÍSTICA DA SECRETARIA					INDICADORES DE GESTÃO			
Celorico Beira - Inst. Local - Sec. Comp. Gen. - J1	576	436	469	543	107,57%	46,34%	122,81%	58,46 %/oo

Secção de Processos	Carga Processual por Juiz	Carga Processual por Funcionário	Ratio de processos findos por Juiz	Ratio de processos findos por Funcionário
Celorico da Beira - Inst. Local - Sec. Comp. Genérica	581,82	128,00	371,82	81,80

A estrutura da pendência da estatística oficial está evidenciada no gráfico que segue, constatando-se que entre 0 e 3 anos sem decisão final encontram-se 77,49% dos processos pendentes (73,03% em 01 de setembro de 2015) e 17,75% não têm decisão final entre 3 e 6 anos (22,41% em 01 de setembro de 2015).



Instância Local de Figueira de Castelo Rodrigo - Secção de Competência Genérica

A secção de competência genérica da Instância Local da Figueira de Castelo Rodrigo tem competência territorial na área do município de Figueira de Castelo Rodrigo, encontrando-se a sua competência material definida no artigo 130º da Lei 62/2013 de 26 de agosto. Nela está colocado um juiz, sendo os processos da área processual de instrução criminal e processos sumaríssimos da competência de um juiz auxiliar com competência para a tramitação destes processo em toda a área da comarca. O número de processos entrados na secção, no período, segundo os dados de consulta da estatística oficial, foi de 288 tendo sido registados 324 processos findos.

O número total de habitantes da área do município da competência da secção, segundo os dados recolhidos na página eletrónica do Instituto Nacional de Estatística relativos ao Censos de 2013 é de 6.118 habitantes.

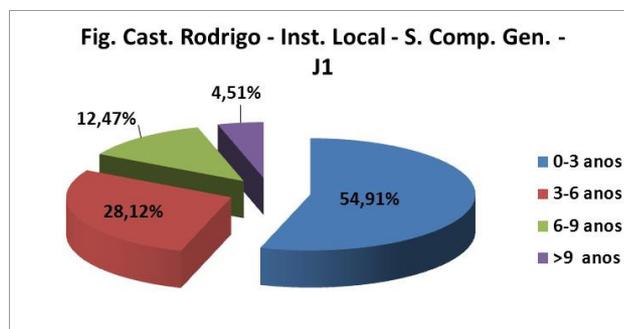
Quanto às taxas e indicadores de gestão no período temos que:



ESTATÍSTICA DA OFICIAL					INDICADORES DE GESTÃO			
Unidade Orgânica	Pendentes antes de 01-09-2015	Entrados entre 01-09-2015 e 31-08-2016	Findos entre 01-09-2015 e 29-02-2016	Pendentes depois de 31-08-2016	Taxa de Resolução (clearance rate)	Taxa de Recuperação (Backlog rate)	Taxa de Congestão	Taxa de Litigância
Fig. Cast. Rodrigo - Inst. Local - S. Comp. Gen. - J1	414	288	324	378	112,50%	46,15%	127,78%	47,07 ‰
ESTATÍSTICA DA SECRETARIA - MAPA GERAL					INDICADORES DE GESTÃO			
Fig. Cast. Rodrigo - Inst. Local - S. Comp. Gen. - J1	617	290	331	576	114,14%	36,49%	186,40%	47,40 ‰

Secção de Processos	Carga Processual por Juiz	Carga Processual por Funcionário	Ratio de processos findos por Juiz	Ratio de processos findos por Funcionário
Fig. Cast. Rodrigo - Inst. Local - Sec. Comp. Genérica	638,18	234,00	294,55	108,00

A estrutura da pendência da estatística oficial está evidenciada no gráfico que segue, constatando-se que entre 0 e 3 anos sem decisão final encontram-se 54,91% dos processos pendentes (54,26% em 01 de setembro de 2015) e 28,12% não têm decisão final entre 3 e 6 anos (30,41% em 01 de setembro de 2015).



Instância Local de Gouveia - Secção de Competência Genérica

A secção de competência genérica da Instância Local de Gouveia tem competência territorial na área dos municípios de Gouveia e Fornos de Algodres, encontrando-se a sua competência material definida no artigo 130º da Lei 62/2013 de 26 de agosto. Nela está colocado um juiz, sendo os processos da área processual de instrução criminal e processos sumaríssimos da competência de um juiz auxiliar com competência para a tramitação destes processo em toda a área da comarca. O número de processos entrados na secção, no período, segundo os dados de consulta, foi de 642 tendo sido registados 773 processos findos.

O número total de habitantes da área dos municípios da competência da secção, segundo os dados recolhidos na página electrónica do Instituto Nacional de Estatística relativos ao Censos de 2013 é de 18.457 habitantes.

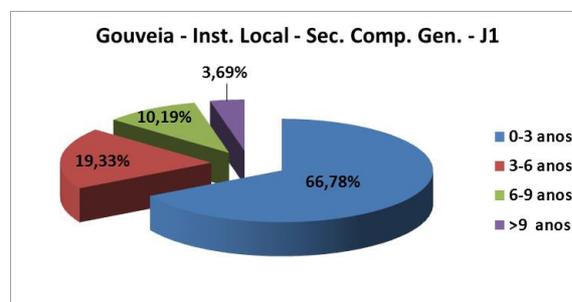


Quanto às taxas e indicadores de gestão no período temos que:

ESTATÍSTICA DA OFICIAL					INDICADORES DE GESTÃO			
Unidade Orgânica	Pendentes antes de 01-09-2015	Entrados entre 01-09-2015 e 31-08-2016	Findos entre 01-09-2015 e 29-02-2016	Pendentes depois de 31-08-2016	Taxa de Resolução (clearance rate)	Taxa de Recuperação (Backlog rate)	Taxa de Congestão	Taxa de Litigância
Gouveia - Inst. Local - Sec. Comp. Gen. - J1	696	642	773	565	120,40%	57,77%	90,04%	34,78 ‰
ESTATÍSTICA DA SECRETARIA					INDICADORES DE GESTÃO			
Gouveia - Inst. Local - Sec. Comp. Gen. - J1	1200	661	942	919	142,51%	50,62%	127,39%	35,81 ‰

Secção de Processos	Carga Processual por Juiz	Carga Processual por Funcionário	Ratio de processos findos por Juiz	Ratio de processos findos por Funcionário
Gouveia - Inst. Local - Sec. Comp. Genérica	1216,36	191,14	702,73	110,43

A estrutura da pendência da estatística oficial está evidenciada no gráfico que segue, constatando-se que entre 0 e 3 anos sem decisão final encontram-se 66,78% dos processos pendentes (67,90% em 01 de setembro de 2015) e 19,33% não têm decisão final entre 3 e 6 anos (22,72% em 01 de setembro de 2015).



Instância Local de Pinhel - Secção de Competência Genérica

A secção de competência genérica da Instância Local de Pinhel tem competência territorial na área do município de Pinhel, encontrando-se a sua competência material definida no artigo 130º da Lei 62/2013 de 26 de agosto. Nela está colocado um juiz, sendo os processos da área processual de instrução criminal e processos sumaríssimos da competência de um juiz auxiliar com competência para a tramitação destes processo em toda a área da comarca. O número de processos entrados na secção, no período, segundo os dados de consulta, foi de 397 tendo sido registados 402 processos findos.

O número total de habitantes da área do município da competência da secção, segundo os dados recolhidos na página eletrónica do Instituto Nacional de Estatística relativos ao Censos de 2013 é de 9.270 habitantes.

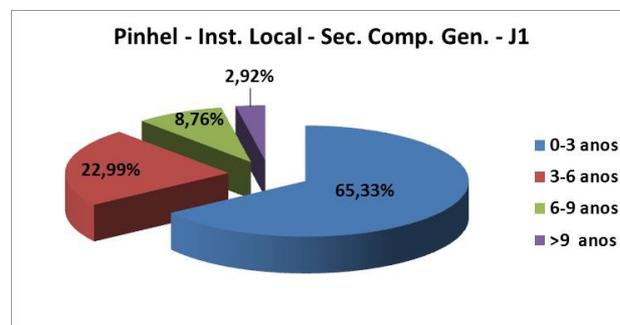


Quanto às taxas e indicadores de gestão no período temos que:

ESTATÍSTICA DA OFICIAL					INDICADORES DE GESTÃO			
Unidade Orgânica	Pendentes antes de 01-09-2015	Entrados entre 01-09-2015 e 31-08-2016	Findos entre 01-09-2015 e 29-02-2016	Pendentes depois de 31-08-2016	Taxa de Resolução (clearance rate)	Taxa de Recuperação (Backlog rate)	Taxa de Congestão	Taxa de Litigância
Pinhel - Inst. Local - Sec. Comp. Gen. - J1	273	397	402	268	101,26%	60,00%	67,91%	42,83 ‰
ESTATÍSTICA DA SECRETARIA					INDICADORES DE GESTÃO			
Pinhel - Inst. Local - Sec. Comp. Gen. - J1	614	401	545	470	135,91%	53,69%	112,66%	43,26 ‰

Secção de Processos	Carga Processual por Juiz	Carga Processual por Funcionário	Ratio de processos findos por Juiz	Ratio de processos findos por Funcionário
Pinhel - Inst. Local - Sec. Comp. Genérica	609,09	134,00	365,45	80,40

A estrutura da pendência da estatística oficial está evidenciada no gráfico que segue, constatando-se que entre 0 e 3 anos sem decisão final encontram-se 65,33% (68,65% em 01 de setembro de 2015) dos processos pendentes e 22,99% não têm decisão final entre 3 e 6 anos (22,77% em 01 de setembro de 2015).



Instância Local de Trancoso - Secção de Competência Genérica

A secção de competência genérica da Instância Local de Trancoso tem competência territorial na área dos municípios de Trancoso e Aguiar da Beira, encontrando-se a sua competência material definida no artigo 130º da Lei 62/2013 de 26 de agosto. Nela está colocado um juiz, sendo os processos da área processual de instrução criminal e processos sumaríssimos da competência de um juiz auxiliar com competência para a tramitação destes processos em toda a área da comarca. O número de processos entrados na secção, no período, segundo os dados de consulta, foi de 525 tendo sido registados 585 processos findos.



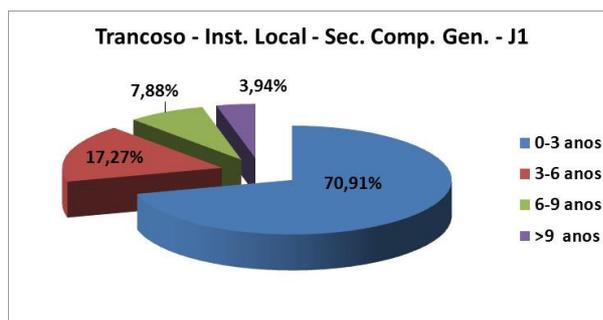
O número total de habitantes da área dos municípios da competência da secção, segundo os dados recolhidos na página eletrónica do Instituto Nacional de Estatística relativos ao Censos de 2013 é de 14.868 habitantes.

Quanto às taxas e indicadores de gestão no período temos que:

ESTATÍSTICA DA OFICIAL					INDICADORES DE GESTÃO			
Unidade Orgânica	Pendentes antes de 01-09-2015	Entrados entre 01-09-2015 e 31-08-2016	Findos entre 01-09-2015 e 29-02-2016	Pendentes depois de 31-08-2016	Taxa de Resolução (clearance rate)	Taxa de Recuperação (Backlog rate)	Taxa de Congestão	Taxa de Litigância
Trancoso - Inst. Local - Sec. Comp. Gen. - J1	392	525	585	332	111,43%	63,79%	67,01%	35,31 ‰
ESTATÍSTICA DA SECRETARIA					INDICADORES DE GESTÃO			
Trancoso - Inst. Local - Sec. Comp. Gen. - J1	815	525	718	622	136,76%	53,58%	113,51%	35,31 ‰

Secção de Processos	Carga Processual por Juiz	Carga Processual por Funcionário	Ratio de processos findos por Juiz	Ratio de processos findos por Funcionário
Trancoso - Inst. Local - Sec. Comp. Genérica	833,64	152,83	531,82	97,50

A estrutura da pendência da estatística oficial está evidenciada no gráfico que segue, constatando-se quanto à Instância Local de Trancoso - J1, entre 0 e 3 anos sem decisão final encontram-se 70,91% dos processos pendentes (66,58% em 01 de setembro de 2015) e 17,27% não têm decisão final entre 3 e 6 anos (21,93% em 01 de setembro de 2015).



Instância Local de Vila Nova de Foz Côa

A secção de competência genérica da Instância Local de Vila Nova de Foz Côa tem competência territorial na área dos municípios de Vila Nova de Foz Côa e Mêda, encontrando-se a sua competência material definida no artigo 130º da Lei 62/2013 de 26 de agosto. Nela está colocado um juiz, sendo os processos da área processual de instrução criminal e processos sumaríssimos da competência de um juiz auxiliar com competência para a tramitação destes processos em toda a área da comarca. O número de processos entrados na secção, no período, segundo os dados de consulta, foi de 290 tendo sido registados 391 processos findos.



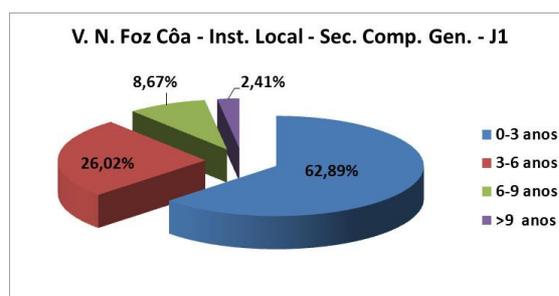
O número total de habitantes da área dos municípios da competência da secção, segundo os dados recolhidos na página electrónica do Instituto Nacional de Estatística relativos ao Censos de 2013 é de 12.027 habitantes.

Quanto às taxas e indicadores de gestão no período temos que:

ESTATÍSTICA DA OFICIAL - MAPA GERAL					INDICADORES DE GESTÃO			
Unidade Orgânica	Pendentes antes de 01-09-2015	Entrados entre 01-09-2015 e 31-08-2016	Findos entre 01-09-2015 e 29-02-2016	Pendentes depois de 31-08-2016	Taxa de Resolução (clearance rate)	Taxa de Recuperação (Backlog rate)	Taxa de Congestão	Taxa de Litigância
V. N. Foz Côa - Inst. Local - Sec. Comp. Gen. - J1	584	535	705	414	131,78%	63,00%	82,84%	44,48 ‰
ESTATÍSTICA DA SECRETARIA - MAPA GERAL					INDICADORES DE GESTÃO			
V. N. Foz Côa - Inst. Local - Sec. Comp. Gen. - J1	945	418	580	783	138,76%	42,55%	162,93%	34,76 ‰

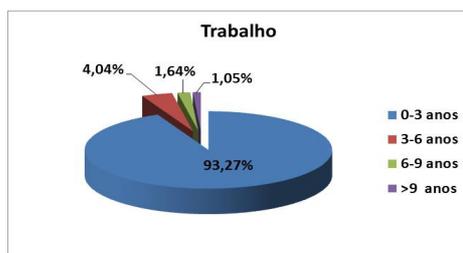
Secção de Processos	Carga Processual por Juiz	Carga Processual por Funcionário	Ratio de processos findos por Juiz	Ratio de processos findos por Funcionário
V. N. Foz Côa - Inst. Local - Sec. Comp. Genérica	1017,27	186,50	640,91	117,50

A estrutura da pendência da estatística oficial está evidenciada no gráfico que segue, constatando-se quanto à Instância Local de Vila Nova de Foz Côa - J1, entre 0 e 3 anos sem decisão final encontram-se 68,93% dos processos pendentes (72,61% em 01 de setembro de 2015) e 21,19% não têm decisão final entre 3 e 6 anos (19,16% em 01 de setembro de 2015).



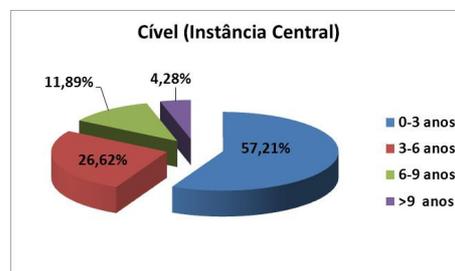
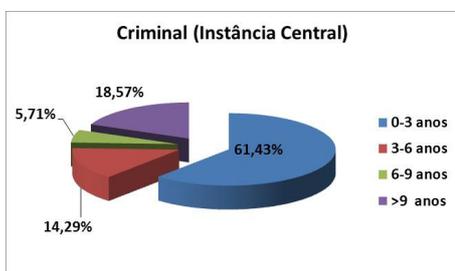
ESTRUTURA DA PENDÊNCIA, POR ÁREA PROCESSUAL, DA ESTATÍSTICA OFICIAL DA COMARCA

A estrutura da pendência na área processual de **Trabalho (Instância Central)** assume a representação gráfica que segue, constatando-se que, entre 0 e 3 anos sem decisão final encontram-se 93,27% dos processos pendentes.



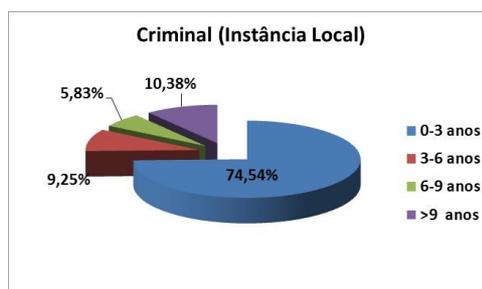
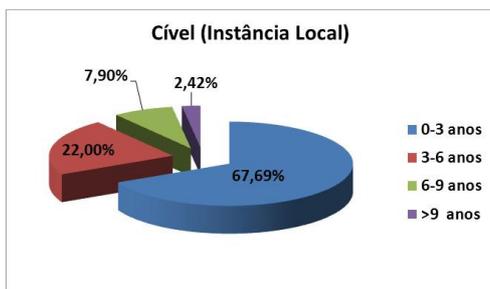
A estrutura da pendência na área processual **Cível (Instância Central)** assume a representação gráfica que segue, constatando-se que, entre 0 e 3 anos sem decisão final encontram-se 57,21% dos processos pendentes.

A estrutura da pendência na área processual **Criminal (Instância Central)** assume a representação gráfica que segue, constatando-se que, entre 0 e 3 anos sem decisão final encontram-se 61,43% dos processos pendentes.

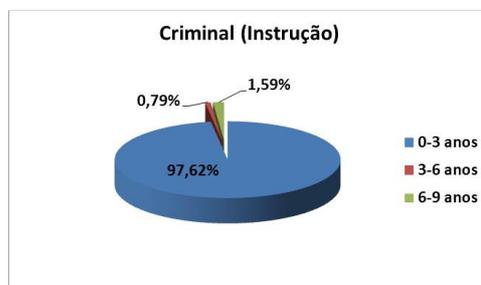


A estrutura da pendência na área processual **Cível (Instância Local)** assume a representação gráfica que segue, constatando-se que, entre 0 e 3 anos sem decisão final encontram-se 67,69% dos processos pendentes.

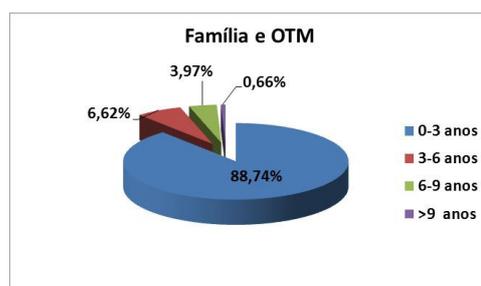
A estrutura da pendência na área processual **Criminal (Instância Local)** assume a representação gráfica que segue, constatando-se que, entre 0 e 3 anos sem decisão final encontram-se 74,54% dos processos pendentes.



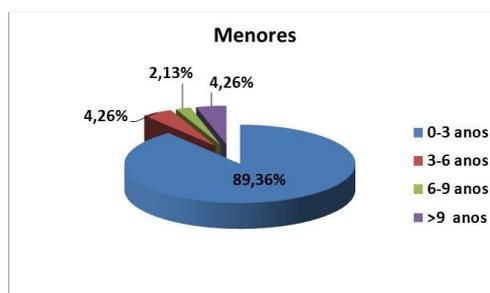
A estrutura da pendência na área processual **Criminal (Instrução)** assume a representação gráfica que segue, constatando-se que, entre 0 e 3 anos sem decisão final encontram-se 97,62% dos processos pendentes.



A estrutura da pendência na área processual **Família e OTM** assume a representação gráfica que segue, constatando-se que, entre 0 e 3 anos sem decisão final encontram-se 88,74% dos processos pendentes.



A estrutura da pendência na área processual de **Menores** assume a representação gráfica que segue, constatando-se que, entre 0 e 3 anos sem decisão final encontram-se 89,36% dos processos pendentes.



Fazendo uma apreciação global do desempenho da comarca, em termos estatísticos, a taxa de resolução da estatística oficial em toda a comarca situa-se em **115,38%** (113,37% em 01 de setembro de 2015), e a taxa de resolução na estatística da secretaria situa-se em **129,21%** (127,97% em 01 de setembro de 2015), melhor evidenciado nos quadros infra.



ESTATÍSTICA OFICIAL - MAPA GERAL					INDICADORES DE GESTÃO				INDICADORES DE GESTÃO			
Unidade Orgânica	Pendentes antes de 01-09-2015	Entrados entre 01-09-2015 e 31-08-2016	Findos entre 01-09-2015 e 31-08-2016	Pendentes depois de 31-08-2016	Taxa de Resolução (clearance rate)	Taxa de Recuperação (Backlog rate)	Taxa de Congestão	Taxa de Litigância	Carga Processual por Juiz	Carga Processual por Funcionário	Ratio de processos findos por Juiz	Ratio de processos findos por Funcionário
Almeida - Inst. Local - Sec. Comp. Gen. - J1	418	380	416	382	109,47%	52,13%	100,48%	56,45 %/oo	725,45	159,60	378,18	83,20
Celorico Beira - Inst. Local - Sec. Comp. Gen. - J1	239	401	409	231	102,00%	63,91%	58,44%	53,77 %/oo	581,82	128,00	371,82	81,80
Fig. Cast. Rodrigo - Inst. Local - S. Comp. Gen. - J1	414	288	324	378	112,50%	46,15%	127,78%	47,07 %/oo	638,18	234,00	294,55	108,00
Gouveia - Inst. Local - Sec. Comp. Gen. - J1	696	642	773	565	120,40%	57,77%	90,04%	34,78 %/oo	1216,36	191,14	702,73	110,43
Guarda - Inst. Central - Sec.Trabalho - J1	668	1083	1078	673	99,54%	61,56%	61,97%	6,96 %/oo	1751,00	350,20	1078,00	215,60
Guarda - Inst. Central - Secção Cível e Criminal - J1	260	137	150	247	109,49%	37,78%	173,33%	0,88 %/oo	296,50	169,43	121,00	69,14
Guarda - Inst. Central - Secção Cível e Criminal - J2	263	152	172	243	113,16%	41,45%	152,91%	0,98 %/oo				
Guarda - Inst. Central - Secção Cível e Criminal - J3	249	125	162	212	129,60%	43,32%	153,70%	0,80 %/oo				
Guarda - Inst. Local - Secção Cível - J1	946	613	817	742	133,28%	52,41%	115,79%	10,83 %/oo	1072,33	321,70	566,67	170,00
Guarda - Inst. Local - Secção Cível - J2	1030	628	883	775	140,61%	53,26%	116,65%	11,09 %/oo				
Guarda - Inst. Local - Secção Criminal - J1	397	1229	1311	315	106,67%	80,63%	30,28%	21,70 %/oo	1478,18	271,00	1191,82	218,50
Pinhel - Inst. Local - Sec. Comp. Gen. - J1	273	397	402	268	101,26%	60,00%	67,91%	42,83 %/oo	609,09	134,00	365,45	80,40
Seia - Inst. Local - Sec. Comp. Gen. - J1	473	552	631	394	114,31%	61,56%	74,96%	23,04 %/oo	959,05	201,40	616,19	129,40
Seia - Inst. Local - Sec. Comp. Gen. - J2	459	530	663	326	125,09%	67,04%	69,23%	22,12 %/oo				
Trancoso - Inst. Local - Sec. Comp. Gen. - J1	392	525	585	332	111,43%	63,79%	67,01%	35,31 %/oo	833,64	152,83	531,82	97,50
V. N. Foz Côa - Inst. Local - Sec. Comp. Gen. - J1	584	535	705	414	131,78%	63,00%	82,84%	44,48 %/oo	1017,27	186,50	640,91	117,50
Total Geral	7761	8217	9481	6497	115,38%	59,34%	81,86%	52,84 %/oo	931,57	208,32	571,59	123,46



ESTATÍSTICA DA SECRETARIA - MAPA GERAL				
Unidade Orgânica	Pendentes antes de 01-09-2015	Entrados entre 01-09-2015 e 31-08-2016	Findos entre 01-09-2015 e 31-08-2016	Pendentes depois de 31-08-2016
Almeida - Inst. Local - Sec. Comp. Gen. - J1	889	383	459	813
Celorico Beira - Inst. Local - Sec. Comp. Gen. - J1	576	436	469	543
Fig. Cast. Rodrigo - Inst. Local - S. Comp. Gen. - J1	617	290	331	576
Gouveia - Inst. Local - Sec. Comp. Gen. - J1	1200	661	942	919
Guarda - Inst. Central - Sec.Trabalho - J1	1024	1095	1224	895
Guarda - Inst. Central - Secção Cível e Criminal - J1	424	145	189	380
Guarda - Inst. Central - Secção Cível e Criminal - J2	428	163	195	396
Guarda - Inst. Central - Secção Cível e Criminal - J3	397	133	196	334
Guarda - Inst. Local - Secção Cível - J1	1510	630	1049	1091
Guarda - Inst. Local - Secção Cível - J2	1614	652	1085	1181
Guarda - Inst. Local - Secção Criminal - J1	905	1238	1276	867
Pinhel - Inst. Local - Sec. Comp. Gen. - J1	614	401	545	470
Seia - Inst. Local - Sec. Comp. Gen. - J1	828	559	685	702
Seia - Inst. Local - Sec. Comp. Gen. - J2	800	534	734	600
Trancoso - Inst. Local - Sec. Comp. Gen. - J1	815	525	718	622
V. N. Foz Côa - Inst. Local - Sec. Comp. Gen. - J1	945	418	580	783
Total Geral	13586	8263	10677	11172

INDICADORES DE GESTÃO			
Taxa de Resolução (clearance rate)	Taxa de Recuperação (Backlog rate)	Taxa de Congestão	Taxa de Litigância
119,84%	36,08%	193,68%	56,89 ^{0/00}
107,57%	46,34%	122,81%	58,46 ^{0/00}
114,14%	36,49%	186,40%	47,40 ^{0/00}
142,51%	50,62%	127,39%	35,81 ^{0/00}
111,78%	57,76%	83,66%	7,04 ^{0/00}
130,34%	33,22%	224,34%	0,93 ^{0/00}
119,63%	32,99%	219,49%	1,05 ^{0/00}
147,37%	36,98%	202,55%	0,86 ^{0/00}
166,51%	49,02%	143,95%	11,13 ^{0/00}
166,41%	47,88%	148,76%	11,51 ^{0/00}
103,07%	59,54%	70,92%	21,86 ^{0/00}
135,91%	53,69%	112,66%	43,26 ^{0/00}
122,54%	49,39%	120,88%	23,33 ^{0/00}
137,45%	55,02%	108,99%	22,29 ^{0/00}
136,76%	53,58%	113,51%	35,31 ^{0/00}
138,76%	42,55%	162,93%	34,76 ^{0/00}
129,21%	48,87%	127,25%	53,13 ^{0/00}

INDICADORES DE GESTÃO			
Carga Processual por Juiz	Carga Processual por Funcionário	Ratio de processos findos por Juiz	Ratio de processo findos por Funcionário
1156,36	254,40	417,27	91,80
920,00	202,40	426,36	93,80
824,55	302,33	300,91	110,33
1691,82	265,86	856,36	134,57
2119,00	529,75	1224,00	244,80
422,50	241,43	145,00	82,86
1468,67	440,60	711,33	213,40
1948,18	357,17	1160,00	212,67
922,73	203,00	495,45	109,00
1295,71	272,10	675,71	141,90
1218,18	223,33	652,73	119,67
1239,09	227,17	527,27	96,67
1268,90	293,29	632,70	137,62



1.4 - Agendamentos (de acordo com os dados recolhidos no sistema informático):

Foram registadas no sistema informático no período em análise (ano judicial de 2015-2016) 4831 audiências/diligências, melhor discriminadas no quadro infra:

Descritivo	Estado																	Total Geral
		Almeida - Inst. Local - Sec. Comp. Gen. - J1	Celorico Beira - Inst. Local - Sec. Comp. Gen. - J1	Fig. Cast. Rodrigo - Inst. Local - S. Comp. Gen. - J1	Gouveia - Inst. Local - Sec. Comp. Gen. - J1	Guarda - Inst. Central - Sec. Trabalho - J1	Guarda - Inst. Central - Secção Cível e Criminal - J1	Guarda - Inst. Central - Secção Cível e Criminal - J2	Guarda - Inst. Central - Secção Cível e Criminal - J3	Guarda - Inst. Local - Secção Cível - J1	Guarda - Inst. Local - Secção Cível - J2	Guarda - Inst. Local - Secção Criminal - J1	Pinhel - Inst. Local - Sec. Comp. Gen. - J1	Seia - Inst. Local - Sec. Comp. Gen. - J1	Seia - Inst. Local - Sec. Comp. Gen. - J2	Trancoso - Inst. Local - Sec. Comp. Gen. - J1	V. N. Foz Côa - Inst. Local - Sec. Comp. Gen. - J1	
Assembleia de credores	Realizada	1	1								1	1					1	5
Audiência de cúmulo jurídico	Adiada													1				1
	Realizada		1			1	1				3	4	4				1	15
Audiência de partes	Adiada					9												9
	Realizada					107												107
Audiência para memória futura	Adiada										1							1
	Realizada	4			1						19			1				25
Audiência preliminar	Adiada	3	1	3	1		5	1		2	10		1	11	2	4	2	46
	Realizada	16	12	13	13	3	9	16	12	51	72	1	16	32	9	18	6	299
Conferência de interessados	Adiada	1	1	1	1					8	6		5	5	2	4	5	39
	Realizada	12	2	2	14					48	35		14	16	13	8	14	178
Conferência de menores	Adiada		1							3	3		1	2	2		1	13
	Realizada	2	14	7	8					39	26		13	22	11	15	11	168
Debate instrutório ou judicial	Adiada	2	1		1							5			1			10
	Realizada	11	8	4	5					4	1	39	7	3	9	1	4	96
Exame Médico	Adiada						2											2
	Realizada						36											36
Inquirição ou Declarações	Adiada	1	1	5							1		1	2		2		13
	Realizada	3	6	11	4	1	3		2	15	12	3	3	20	10	20	10	123
Julgamento ou Audiência final	Adiada	36	17	6	23	77	9	4	1	13	10	35	14	23	38	23	22	351
	Realizada	96	95	62	188	109	26	29	46	90	89	293	91	85	104	151	105	1659
Sessão conjunta	Adiada											1	1					2
	Realizada				1							5		2		1	1	10
Tentativa de conciliação	Adiada		2		1					3	3		2		1	3	1	16
	Realizada	2	18		9				1	32	28		4	9	8	15	7	133
Videoconferência	Adiada	3	2	7	2							20	1	4	1		3	43
	Realizada	8	9	11	18	2						66	7	15	10	12	11	169
Não especificadas	Adiada	3	4	9	5	49	5	1	1	5	4	9	11	8	17	17	9	157
	Realizada	35	44	49	79	247	11	24	17	94	120	42	51	73	81	94	44	1105
Total Geral		238	239	192	374	642	69	76	80	407	421	542	248	337	320	388	258	4831

Fonte: Citius/H@bilus



Compulsado o quadro supra, verifica-se um número registado de adiamentos que não corresponde ao que é transmitido ao Conselho de Gestão, nomeadamente através das grelhas de monitorização trimestrais, ou seja, parece-nos que são registados como adiamentos diligências que o não são, tais como, sessões de audiência que são interrompidas para continuar noutra data.

Sendo a regularização das diligências um procedimento que se requer com rigor, será emitida circular informativa com os procedimentos a adotar, no sentido de os dados fornecidos pelo sistema informático de suporte aos Tribunais reflita a realidade processual, bem como serão realizadas reuniões, já iniciadas, com vista ao afinamento dos dados.

2. Unidades centrais (integram unidades de serviço externo);

2.1. Serviço Externo

Espécie	Unidade Orgânica	Vindos Período Anterior	Entrados no Período	Total	Findos						Pendentes Finais
					Devolvido a Pedido	Devolvido Cumprido	Devolvido não Cumprido	Devolvido Parc. Cumprido	Outros Motivos	Total	
Mandados	Almeida - Unidade de Serviço Externo	0	17	17	0	16	1	0	0	17	0
	Celorico Beira - Unidade de Serviço Externo	0	2	2	0	0	2	0	0	2	0
	Gouveia - Unidade de Serviço Externo	1	62	63	0	60	1	1	0	62	1
	Guarda - Unidade de Serviço Externo	1	222	223	1	218	3	1	0	223	0
	Pinhel - Unidade de Serviço Externo	1	21	22	0	15	3	1	0	19	3
	Seia - Unidade de Serviço Externo	0	79	79	4	66	7	1	0	78	1
	Trancoso - Unidade de Serviço Externo	1	33	34	0	32	0	0	0	32	2
	V. N. Foz Côa - Unidade de Serviço Externo	12	36	48	0	41	0	4	0	45	3
Cartas Precatórias/Rogatórias	Almeida - Inst. Local - Sec. Comp. Gen. - J1	0	2	2	1	1	0	0	0	2	0
	Almeida - Unidade de Serviço Externo	0	13	13	0	7	5	0	1	13	0
	Celorico Beira - Inst. Local - Sec. Comp. Gen. - J1	1	7	8	0	4	0	0	1	5	3
	Fig. Cast. Rodrigo - Inst. Local - S. Comp. Gen. - J1	3	6	9	1	6	0	0	0	7	2
	Fig. Cast. Rodrigo - Unidade de Serviço Externo	0	10	10	0	4	2	0	1	7	3
	Gouveia - Inst. Local - Sec. Comp. Gen. - J1	2	7	9	1	2	2	0	2	7	2
	Gouveia - Unidade de Serviço Externo	1	21	22	0	10	6	2	0	18	4
	Guarda - Inst. Local - Secção Cível - J2	2	0	2	0	0	0	1	0	1	1
	Guarda - Inst. Local - Secção Criminal - J1	0	1	1	0	1	0	0	0	1	0
	Guarda - Unidade de Serviço Externo	13	124	137	1	99	10	6	8	124	13
	Pinhel - Inst. Local - Sec. Comp. Gen. - J1	4	11	15	0	2	4	0	0	6	9
	Pinhel - Unidade de Serviço Externo	0	6	6	0	1	1	0	0	2	4
	Seia - Inst. Local - Sec. Comp. Gen. - J1	0	2	2	0	2	0	0	0	2	0
	Seia - Unidade de Serviço Externo	5	36	41	1	17	16	4	0	38	3
	Trancoso - Inst. Local - Sec. Comp. Gen. - J1	0	1	1	0	1	0	0	0	1	0
	Trancoso - Unidade de Serviço Externo	1	34	35	4	27	0	0	1	32	3
	V. N. Foz Côa - Inst. Local - Sec. Comp. Gen. - J1	2	5	7	1	4	0	1	0	6	1
V. N. Foz Côa - Unidade de Serviço Externo	7	9	16	0	6	2	5	0	13	3	
Outros Processos	Almeida - Inst. Local - Sec. Comp. Gen. - J1	0	1	1	0	1	0	0	0	1	0
	Celorico Beira - Inst. Local - Sec. Comp. Gen. - J1	1	2	3	0	3	0	0	0	3	0
	Fig. Cast. Rodrigo - Inst. Local - S. Comp. Gen. - J1	0	3	3	0	2	0	0	0	2	1
	Gouveia - Inst. Local - Sec. Comp. Gen. - J1	1	7	8	0	5	1	0	0	6	2
	Guarda - Inst. Local - Secção Cível - J1	3	12	15	0	5	0	0	6	11	4
	Guarda - Inst. Local - Secção Cível - J2	5	12	17	0	6	0	0	8	14	3
	Pinhel - Inst. Local - Sec. Comp. Gen. - J1	1	4	5	0	1	0	0	3	4	1
	Seia - Inst. Local - Sec. Comp. Gen. - J1	0	2	2	0	1	0	0	1	2	0
	Seia - Inst. Local - Sec. Comp. Gen. - J2	0	2	2	0	1	0	0	0	1	1
	Trancoso - Inst. Local - Sec. Comp. Gen. - J1	1	6	7	0	6	1	0	0	7	0
V. N. Foz Côa - Inst. Local - Sec. Comp. Gen. - J1	2	5	7	0	5	0	0	1	6	1	
Total	71	823	894	15	678	67	27	33	820	74	

Fonte: Habilus/Citius



3. Arquivo

Ano 2016				
		Tipo Documentação	N.º Eliminados	ml
Auto 1	Trabalho	Processos Judiciais	749	3,1
Auto 2	U. Central	Processos Judiciais	5052	30,03 *
Auto 6	Mêda - Extinto	Processos Judiciais	2187	13
Auto 7	Fornos de Algodres - Extinto	Processos Judiciais	1144	6
Auto 8	Celorico da Beira	Processos Judiciais	1038	5,3
Auto 9	Celorico da Beira - MP	Processos Judiciais	853	1,7
Total			11023	59,13
Ano 2015 (desde Setembro)				
		Tipo Documentação	N.º Eliminados	ml
Auto 1	Seia	Docs Diversos	184	7,8 *
		Processos Judiciais	2230	13,26 *
Auto 2	Seia - MP	Processos Judiciais	5679	33,75 *
Auto 4	Sabugal Extinto	Processos Judiciais	3920	13
Auto 5	Sabugal Extinto	Processos Judiciais	1151	10
Auto 6	Trabalho	Processos Judiciais	2859	11,65
Auto 7	Trabalho	Docs Diversos	475	20,15
Total			16498	109,61
Total Geral			27521	168,74

* estimado

4. Secção de proximidade

Na secção de proximidade do Sabugal, além da atividade própria de uma secção de proximidade, melhor evidenciada no quadro infra, também são desenvolvidas atividades próprias de arquivo, pois que aí está instalado o arquivo Central da Comarca da Guarda.

Este Arquivo Central, contém, além dos processos recebidos pelos extintos Tribunais Judiciais de Fornos de Algodres e Mêda, os processos de conservação permanente do Núcleo da Guarda.

Espécie de Atos	Número de Atos
Julgamentos/Diligências	21
Receção de Papéis	691
Informações	663
Prática de Atos Processuais (ex.: cumprimento de despachos)	1181
Diversos	652



5. Ministério Público

Movimento Processual

Área Criminal

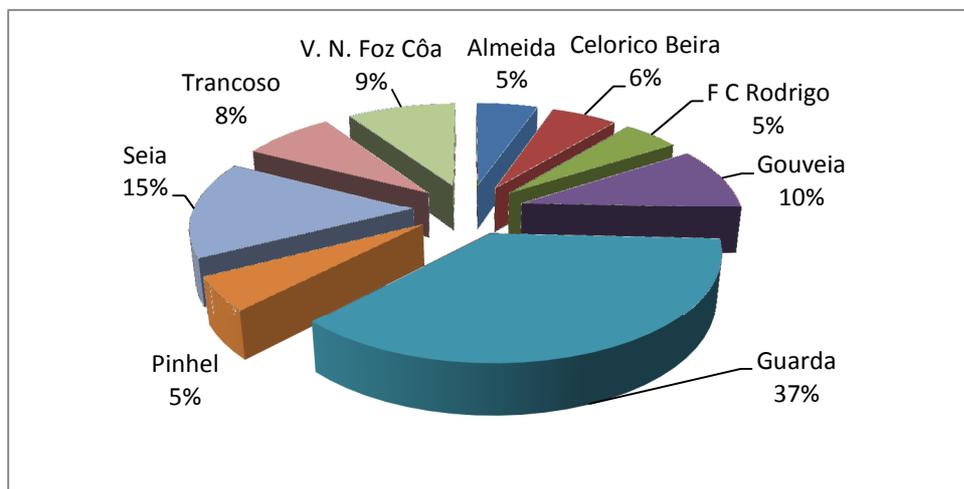
1. Inquéritos

COMARCA DA GUARDA	Média mensal de entrados	Movimentados			Findos										PENDENTES	
		Vmdos do período anterior	Entrados	TOTAL	Acusados							Arquivados	Suspensos provisoriamente	Outros motivos		TOTAL
					Processo Comum			Proc. Abreviado	Proc. Sumaríssimo	TOTAL						
					Tribunal Colectivo	Tribunal Singular										
						Art. 16º-3 CPP	Outros									
Almeida	20,2	106	242	348	3	3	27	6	2	41	178	18	15	252	96	
Celorico da Beira	21,7	141	260	401	1	2	35	0	4	42	217	10	44	313	88	
Fig. Cast. Rodrigo	18,5	76	222	298	1	6	25	4	2	38	163	16	14	231	67	
Gouveia	37,3	216	447	663	1	19	23	0	2	45	324	30	35	434	229	
Guarda	138,8	944	1666	2610	36	33	162	4	49	284	1342	144	139	1909	701	
Pinhel	19,6	86	235	321	0	3	12	0	3	18	186	17	6	227	94	
Seia	57,4	287	689	976	2	3	60	2	15	82	532	58	64	736	240	
Trancoso	30,1	193	361	554	3	8	28	2	6	47	271	27	30	375	179	
V.N. Foz Côa	35,8	200	429	629	0	7	26	0	8	41	352	42	44	479	150	
TOTAL COMARCA	379,4	2249	4551	6800	47	84	398	18	91	638	3565	362	391	4956	1844	

Os inquéritos pendentes por anos de instauração distribuem-se da seguinte forma:

Instaurados antes de 2012	Instaurados em 2012	Instaurados em 2013	Instaurados em 2014	Instaurados em 2015	Instaurados em 2016	Total
5	6	34	80	396	1323	1844

A distribuição dos inquéritos entrados nas várias instâncias locais assume a seguinte representação gráfica:



2. Inquéritos Tutelares Educativos

COMARCA DA GUARDA	Movimentados			Findos								Pendentes
	Vindo Período Anterior	Entrados	Total	Abertura fase jurisd.	Suspensos	Arquivamento				Remetidos	Total	
						Liminar	Falta indícios	Outros motivos	Total			
Almeida	1	2	3	0	2	0	0	0	0	0	2	1
Celorico Beira	1	3	4	1	0	0	3	0	3	0	4	0
Fig. Cast. Rodrigo	2	3	5	0	1	1	1	2	4	0	5	0
Gouveia	1	15	16	0	1	2	5	2	9	1	11	5
Guarda	16	24	40	0	3	1	8	4	13	7	23	17
Pinhel	2	4	6	0	0	1	4	1	6	0	6	0
Seia	10	9	19	2	0	3	6	2	11	2	15	4
Trancoso	0	2	2	0	0	0	1	1	1	0	2	0
V. N. Foz Côa	2	2	4	1	0	0	1	1	2	0	3	1
TOTAL COMARCA	35	64	99	4	7	8	29	13	49	10	71	28

Embora o número de processos instaurados seja inferior ao do ano judicial de 2014-2015 onde se registaram 81 inquéritos tutelares educativos iniciados, regista-se o sensível aumento na instância local de Gouveia (15 ITE instaurados neste ano contra os 2 do ano passado). No entanto, entende-se que não será caso para alarme, tanto mais que desses processos em 11 foi determinado o arquivamento.

Na leitura que fazemos destes elementos, reforçada pela circunstância de apenas em dois processos ter sido requerido o internamento, será de se manter a ideia de que na Comarca da Guarda a criminalidade juvenil está devidamente controlada.

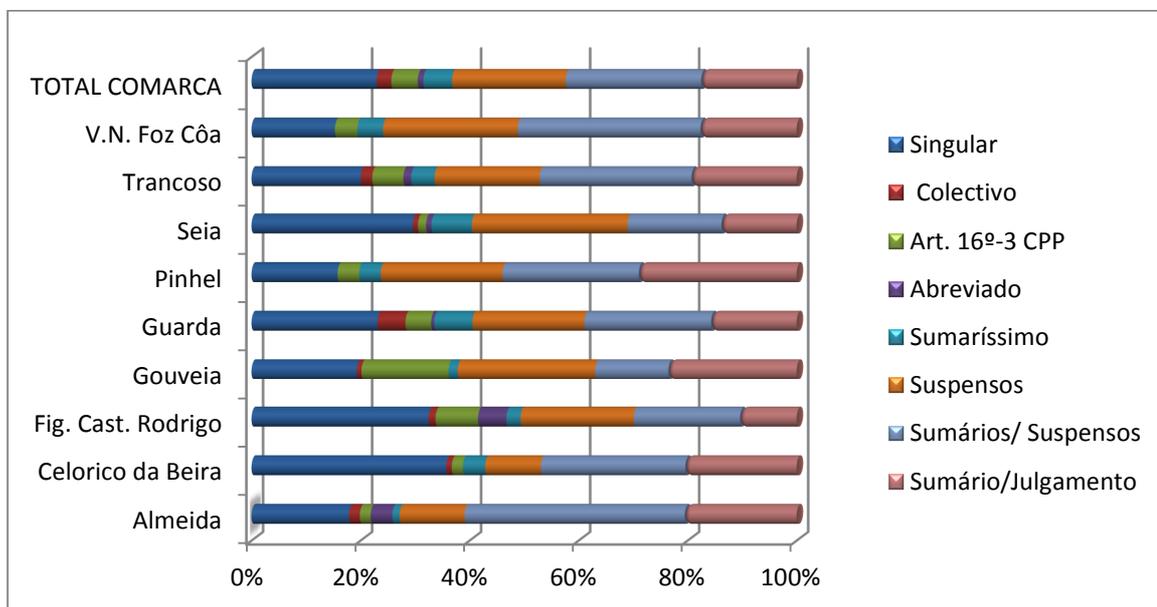
3. Apresentação para Processo Sumário

COMARCA DA GUARDA	Nº. de Autos de Notícia Recebidos	Arquivamento	Nº. de Suspensos Provisoriamente	Nº. de Julgamentos Requeridos
Almeida	92	0	61	31
Celorico da Beira	48	2	26	20
Figueira de Cast. Rodrigo	25	2	15	8
Gouveia	44	0	16	28
Guarda	278	5	163	110
Pinhel	43	2	19	22
Seia	63	0	35	28
Trancoso	67	1	39	27
Vila Nova de Foz Côa	90	3	57	30
TOTAIS/COMARCA	750	15	431	304



4. Síntese

No quadro seguinte demonstra-se a atividade do Ministério Público nos inquéritos e apresentações para processo sumário, nos processos onde se registou reação penal.



Como decorre dos elementos estatísticos recolhidos, assume relevo a opção feita pelo Ministério Público da Guarda pelas formas consensuais ou de diversão, sendo expressiva a percentagem de suspensões provisórias. Por outro lado, será de se referir que a percentagem de julgamentos em processo sumário.

Áreas Cível e de Menores e Família

1. Processos Administrativos

COMARCA DA GUARDA	Vindos do período anterior	Entrados	Findos	Pendentes
Almeida	10	16	14	12
Celorico Beira	21	27	27	21
Fig. Cast. Rodrigo	6	16	18	4
Gouveia	46	57	82	21
Guarda	30	87	86	31
Pinhel	15	24	24	15
Seia	58	108	114	52
Trancoso	9	20	16	13
V. N. Foz Côa	16	35	31	20
TOTAIS COMARCA	211	390	412	189



2. Processos Cíveis (D.L. 272/2001)

COMARCA DA GUARDA	Vindos do período anterior	Entrados	Findos	Pendentes
Almeida	1	1	1	1
Celorico Beira	0	4	1	3
Fig. Cast. Rodrigo	1	2	3	0
Gouveia	3	7	7	3
Guarda	7	10	9	8
Pinhel	3	0	2	1
Seia	5	1	6	0
Trancoso	5	7	8	4
V. N. Foz Côa	0	9	9	0
TOTAIS COMARCA	25	41	46	20

3. Averiguações Oficiosas de Paternidade/Maternidade

COMARCA DA GUARDA	Vindos do período anterior	Entrados	Findos	Pendentes
Almeida	0	0	0	0
Celorico Beira	1	2	0	3
Fig. Cast. Rodrigo	0	0	0	0
Gouveia	3	6	5	4
Guarda	5	3	3	2
Pinhel	0	1	1	0
Seia	1	6	2	5
Trancoso	0	1	1	0
V. N. Foz Côa	0	1	0	1
TOTAIS COMARCA	10	20	12	15

4. Processos de Promoção e Protecção instaurados pelo Ministério Público

Almeida	0
Celorico da Beira	3
Fig. Cast. Rodrigo	7
Gouveia	4
Guarda	14
Pinhel	0
Seia	17
Trancoso	1
Vila Nova Foz Côa	5
TOTAIS/COMARCA	51



Área Laboral

Contrato individual de trabalho			Processo por acidente de trabalho					Contra ordenações	Julgamentos	Recursos	Execuções
Ações/Contestações/Outros articulados	Ações de impugnação de despedimento	Ações de reconhecimento de contrato	Tentativas de conciliação	Ações/Requerimentos de juntas médicas/Outros articulados	Exames de revisão	Remiões	Actualizações				
35	0	0	173	28	15	154	263	38	93	1	88

Processos por acidente de trabalho – Fase Conciliatória

Comarca da Guarda	Vindos do ano anterior	Entrados		Total	Findos	Pendentes para o ano seguinte
		Acidente mortal	Acidente não mortal			
Total da Comarca	195	28	274	497	294	203

Atendimento ao público – 392

Outros actos de relevo – 22

Processos Administrativos instaurados - 87

6. Medidas de gestão e organizativas:

- 4.1. Um senhor juiz auxiliar ao desdobramento crime da secção de instância local da Guarda foi afeto à instrução criminal e outros atos de inquérito em toda a comarca;
- 4.2. Afetação de funcionários ao serviço de outras secções (com e sem tramitação à distância nos termos sobreditos);
- 4.3. Afetação de funcionários em cada secção a determinado tipo de processos, nos termos sobreditos;
- 4.4. Instruções genéricas.



VIII – Plano de atividades e sua execução

No Tribunal Judicial de Comarca da Guarda identificaram-se as seguintes áreas de promoção da qualidade, e prevenção de riscos de gestão:

1. Medidas determinadas pelo Conselho Superior da Magistratura – em execução as medidas planeadas
2. Procedimentos administrativos – em execução as medidas planeadas
3. Procedimentos de decisão – em execução as medidas planeadas
4. Gestão por objetivos;
5. Recursos humanos;
6. Tramitação processual;
7. Aprovisionamento e serviços financeiros;
8. Segurança;
9. Saúde e segurança no trabalho;
10. Comunicação;
11. Arquivos;
12. Obras;
13. Avaliação das necessidades em termos de recursos humanos e eventual solicitação à tutela.

1. ÁREA DE INTERVENÇÃO: MEDIDAS DETERMINADAS PELO CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

1.1. PROMOÇÃO DA QUALIDADE: IMPLEMENTAÇÃO

Medidas

Divulgação imediata, conforme o justifique o teor das comunicações, para todos os destinatários, por via eletrónica, e se necessário por contacto telefónico, e ou pessoal.

Em Execução

1.2 PROMOÇÃO DA QUALIDADE: INFORMAÇÃO/COMPREENSÃO DAS MEDIDAS DO CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA



Medidas

Receção de dúvidas suscitadas e averiguação das finalidades das medidas a implementar.

Em Execução

1.3 PROMOÇÃO DA QUALIDADE: INTERPRETAÇÃO DAS MEDIDAS DETERMINADAS PELO CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

Medidas

Averiguação das disparidades, a resolver através de esclarecimentos prestados pela juíza presidente, ou, consoante as matérias, pelo Conselho de Gestão, comunicando a uniformização a todos os destinatários, por via eletrónica, e se necessário por contacto telefónico, e ou pessoal.

Em Execução

1.4 PROMOÇÃO DA QUALIDADE: TRAMITAÇÃO PROCESSUAL CORRESPONDENTE AO DETERMINADO PELA ENTIDADE COMPETENTE

Medidas

Divulgação de procedimentos na comarca suscetíveis de agilizar a tramitação processual, sem descurar a segurança exigível.

Em Execução

2. ÁREA DE INTERVENÇÃO: PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS

Medidas

1. Reclamações dos utentes (Decreto-Lei 135/99, de 22 de Abril) a tratar segundo Ordem de Serviço:
2. Dispensa do serviço da competência do administrador judiciário, segundo a Ordem de serviço:
3. Organização/Aprovação dos mapas de férias e turno dos Magistrados e Funcionários, segundo critérios pré-definidos.

Em Execução



3. ÁREA DE INTERVENÇÃO: PROCEDIMENTOS DE DECISÃO

Medidas

Despachos

I. Procedimento para prolação de despacho:

Em Execução

II. Ordens de Serviço comuns ao Ministério Público
 (Ainda não ocorreu qualquer ordem de serviço comum)

A Executar

III. Procedimento de reuniões de planeamento e avaliação

Em Execução

4. ÁREA DE INTERVENÇÃO: GESTÃO POR OBJETIVOS

4.1 PLANEAMENTO

Medidas

Informação, planeamento, avaliação, e redefinição do planeamento, obtenção de informação respeitante a cada UO **do estado da pendência, dos atrasos no cumprimento de processos e das dificuldades experimentadas, informação tratada aos diversos níveis de intervenção execução das atividades planeadas.**

O padrão de informação **solicitada desenvolve-se em torno de alguns pontos-chave:**

- Cumprimento de despachos;
- Abertura de conclusões/vistas; prazos;
- Tratamento de comunicações.

Foi reafirmada mediante circular informativa da necessidade de disponibilização dos dados recolhidos nas grelhas de monitorização pelos senhores escrivães de direito, aos senhores juízes, antes de ser remetida ao funcionário de apoio ao Conselho de Gestão.

Em Execução



4.2 IMPLEMENTAÇÃO, ADESÃO E CUMPRIMENTO (SEM PREJUÍZO DA INDEPENDÊNCIA E RESPONSABILIDADE INERENTES AO PODER JURISDICIONAL) DOS OBJETIVOS

Medidas

Propor medidas concretas para o cumprimento dos objetivos

Em Execução

5. ÁREA DE INTERVENÇÃO: RECURSOS HUMANOS

Medida Quadro

CARTA ÉTICA DO TRIBUNAL

Executado

6. ÁREA DE INTERVENÇÃO: TRAMITAÇÃO PROCESSUAL

Medida Quadro

DIVULGAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS:

Contemplando os princípios da integridade, transparência, imparcialidade/objetividade, celeridade, fiabilidade e qualidade.

Executado

6.1 ATENDIMENTO AO PÚBLICO

Medidas:

1. Os funcionários abstêm-se de dar indicações.
2. Atendimento ao público presenciado por outro funcionário.

Em Execução

6.2 PERÍCIAS

A formalização do procedimento planeado relativo a perícias encontra-se:

Em Execução



6.3 CONTACTO NÃO DESEJADO DOS MAGISTRADOS COM AS PARTES E SEUS REPRESENTANTES

Risco de perda de reserva e transparência

Medidas:

1. Informação relativa às áreas acesso reservado;
2. Diligenciar junto das entidades competentes pelo preenchimento do quadro e contratação de serviço de segurança;
3. Melhorar a visibilidade dos placards;
4. Instruir os funcionários para não deixarem as pessoas (que encaminharam para as áreas de acesso reservado) desacompanhadas;
5. Não tolerar a ausência intermitente do funcionário por motivo de outro serviço (o que pressupõe o preenchimento do quadro, ou a melhoria no agendamento).

Em Execução

6.4 PRAZOS PROCESSUAIS

Medidas:

1. Consulta mensal sobre os processos pendentes há mais de 1/3/6/12 meses;
2. Consulta mensal sobre o número dos despachos por cumprir na secretaria;
3. Consulta mensal sobre a tiragem de prazos na secretaria;
4. Consulta mensal das conclusões atrasadas;
5. Análise comparativa (que pode ser aleatória) da demora registada em diferentes prazos: citações, notificações, solicitação de exames, abertura de conclusões;
6. Averiguação periódica sobre as razões do atraso/morosidade processual;
7. Eventual recurso a acumulação de funções, reafetação, e substituição dos juízes de direito;
8. Colocação dos funcionários nas secções, reafetação funcional, reafetação de processos;

Em Execução

6.5 ELABORAÇÃO DAS ATAS

Risco de perda de qualidade por viciação de atas



Medidas:

1. Confronto sistemático das atas;
2. Manter os manuscritos/documentos em *word*, pelo menos, até ao trânsito da decisão final (ou até à remessa ao arquivo).

Em Execução

6.6 ARTICULAÇÃO ENTRE MAGISTRADOS E FUNCIONÁRIOS

Riscos de falta de criação, partilha e conservação do conhecimento na tramitação processual

Medidas:

Divulgação aos magistrados das secções de ordens de serviço/provimentos/instruções que se tenham revelado exequíveis e agilizadoras da tramitação processual noutras secções.

Em Execução

7. ÁREA DE INTERVENÇÃO: APROVISIONAMENTO E SERVIÇOS FINANCEIROS

Medida Quadro

MANUAL APROVISIONAMENTO E SERVIÇOS FINANCEIROS

7.1 AJUSTE DIRETO: O MANUAL DE AJUSTE DIRETO FOI

Em Execução

7.2 GESTÃO DAS EXISTÊNCIAS: O MANUAL DE gestão de existências foi

Em Execução

7.3 GESTÃO DO IMOBILIZADO: O Plano Anual de Manutenção foi

Em Execução

7.4 CONTAS A PAGAR: O PROCEDIMENTO PLANEADO ENCONTRA-SE EM EXECUÇÃO

8. ÁREA DE INTERVENÇÃO: SEGURANÇA



Medida Quadro

PROCEDIMENTO INSTITUCIONAL DE SEGURANÇA

Em Execução Parcial

9. ÁREA DE INTERVENÇÃO: SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO

Medida

**DILIGENCIAR JUNTO DAS ENTIDADES COMPETENTES PELA IMPLEMENTAÇÃO DE
MEDIDAS DE SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO**

Está a ser levado a cabo um Plano de Implementação dos Serviços de Segurança e Saúde no Trabalho (SST) nos Tribunais pela Direcção-Geral da Administração da Justiça.

Em Execução

10. ÁREA DE INTERVENÇÃO: COMUNICAÇÃO

Medida Quadro

PLANO DE COMUNICAÇÃO

Foram organizadas as seguintes exposições:

Dia 23 de Setembro: XII Exposição de Fotografia de Ambiente do CISE (Centro de interpretação da Serra da Estrela) - "Geosítios da serra da estrela" no Palácio da Justiça de Seia

Dia 06 de Novembro: Exposição de Fotografia da autoria de Carlos Nabais patente no Palácio da Justiça de Gouveia

Dia 19 e 20 de Dezembro: Exposição Artesanato - Pintura - Arte no Palácio da Justiça de Figueira de Castelo Rodrigo:

11. ÁREA DE INTERVENÇÃO: ARQUIVOS

Medida Quadro

CRONOGRAMA PARA A TRANSFERÊNCIA/ELIMINAÇÃO DOS PROCESSOS PARA ARQUIVO

Damos conta do bom andamento dos trabalhos já desenvolvidos nesta matéria designadamente na libertação de espaço no Arquivo do Palácio da Justiça da Guarda, do



qual se transferiram processos para o Arquivo Central da Comarca sito na Instancia de Proximidade do Sabugal.

Eliminação de 27.521 processos na Comarca no ano judicial de 2015/16 que denota grande esforço dos funcionários.

Nesta data decorrem as operações de tratamento, arrumação e listagem dos processos judiciais dos Arquivos dos extintos tribunais de Mêda e de Fornos de Algodres que foram depositados no Arquivo Central da Comarca no Município do Sabugal, cujas atividades estão a ser desenvolvidas por duas oficiais de justiça ali colocadas em Setembro de 2015.

No geral os Arquivos da Comarca da Guarda estão depositados demasiados processos judiciais cujos prazos de conservação permanente já decorreram e que por esse motivo, já deviam ter sido remetidos ao Arquivo Distrital da Guarda, mas que por razões de falta de espaço, a entidade que tutela aqueles serviços vêm, sistematicamente, recusando o ingresso de toda a documentação arquivística como determina a Portaria n.ºs 383/2014, de 12 de dezembro



12. ÁREA DE INTERVENÇÃO: OBRAS

Medida Quadro

REALIZAÇÃO DE OBRAS

Diligenciar junto das entidades competentes para a cabimentação/realização de

1. Reparação das anomalias que geram Infiltrações nos Palácios da Justiça de Almeida, Gouveia, Guarda, Pinhel e Trancoso, e Seia.
2. Reparação/aperfeiçoamento do Sistema de Climatização (Palácios da Justiça da Guarda, de Pinhel e Trancoso)/esgotos (Palácio da Justiça da Guarda, Seia, Trancoso e secção do trabalho).
3. Pinturas (Palácios da Justiça de Celorico da Beira, Trancoso, Seia e Vila Nova de Foz Côa).
4. Ligação/Reparação/Instalação dos Sistemas de Segurança (Palácios da Justiça de Guarda, Almeida, Figueira de Castelo Rodrigo, Pinhel, Seia, Vila Nova de Foz Côa e Trancoso)



5. Beneficiação dos gabinetes (no Palácio da Justiça da Guarda).
6. Criação de Acessibilidades (secção do trabalho da Guarda, nos Palácio da Justiça de Vila Nova de Foz Côa, de Celorico da Beira e de Trancoso).

Em Execução

13. ÁREA DE INTERVENÇÃO: NECESSIDADES DE RECURSOS HUMANOS

Medida Quadro

Avaliação periódica das necessidades e solicitação à tutela para o preenchimento das necessidades em recursos humanos

Em Execução

IX - Conclusões

1. Os indicadores registam uma evolução crescentemente favorável ao longo do período em análise;
2. As taxas de resolução têm registado uma evolução favorável fixando-se a taxa de resolução da estatística oficial em **115,38%**, aumentando dois pontos percentuais face a 01-09-2015 (113,37%);
3. O número de processos pendentes na estatística oficial teve no ano judicial de 2015/2016 uma redução de **17,63%** e o número de processos pendentes na estatística da secretaria teve uma redução de **17,67 %**.
4. O plano anual de gestão está a ser amplamente cumprido.

Guarda, 30 de Setembro de 2016

A Juíza Presidente do Tribunal Judicial da Comarca da Guarda

Juíza Alexandra Maria Ferreira Gomes

